

Arife

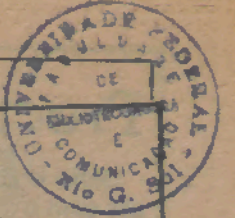
TRÊS POR QUATRO

Jornal Laboratório Comunicação UFRGS novembro de 1985



Livros raros da UFRGS na feira

A Universidade Federal participa da Feira do Livro com seus livros raros e preciosos
Página 10



Crise de energia ameaça o Estado

Sistema de distribuição pode trazer novos blecautes. Página 5

Cláudia Turela



A morte dos comícios

Meios de comunicação tomam o lugar dos palanques. Página 3

Gasômetro, um museu abandonado



Um centro cultural que existe apenas em projetos
Página Central

A luta dos novos autores

Página 11

Procura-se

Onde trabalhar ao sair de uma faculdade de jornalismo com o diploma na mão? Na falta de mercado de trabalho em Porto Alegre, o pessoal formado na área deve buscar outros locais de atuação. Seja no interior do Rio Grande do Sul, onde as chances ainda são boas, ou em outros estados, como Santa Catarina, por exemplo.

O maior jornal de Florianópolis, **O Estado**, vem desde o ano passado aceitando recém-formados da capital gaúcha. Sua redação é constituída por uma maioria esmagadora de ex-estudantes da PUC, que descobriram o filão antes que a notícia rompesse o "Forte-Famecos" e chegasse aos corredores de outras faculdades de Comunicação, entre elas, a Fabico. Apesar de não haver mais vagas para a redação de Florianópolis, **O Estado** ainda procura jornalistas para atuarem em suas sucursais do interior catarinense.

Não é por nada que **O Estado** vem contratando gaúchos recém-formados — ou mesmo alunos dos últimos semestres: o jornal pode perder o posto de primeiro informante de Florianópolis para o **Diário Catarinense**, que a Rede Brasil Sul pretende instalar no próximo ano na cidade.

Um "Grupo de Mobilização", formado por alunos, com o objetivo de participar da implantação do novo currículo, fazendo uma avaliação de disciplinas e do seu funcionamento, além de cobrar do departamento a falta de professores. Esta foi a principal decisão tomada no IV Seminário Interno de Comunicação Social, realizado entre os dias 21 a 24 de outubro aqui na Faculdade, onde se discutiram os problemas que envolvem a implantação do novo curso.

Este grupo, formado por cerca de dez alunos dos mais diferentes semestres do curso, em um primeiro encontro, decidiu fazer um levantamento do material que o novo currículo exige e das condições em que a faculdade atualmente se encontra. Quer dizer, o que temos, o que não temos e vamos precisar já no próximo ano. Outra atitude do grupo é fazer uma avaliação do funcionamento do curso, vendo o que falta em cada disciplina e se os professores estão dando os conteúdos obrigatórios. Esta avaliação será feita através de questionários, tanto para alunos quanto para professores, objetivando solucionar agora problemas que só apareceriam em março.

Horário político

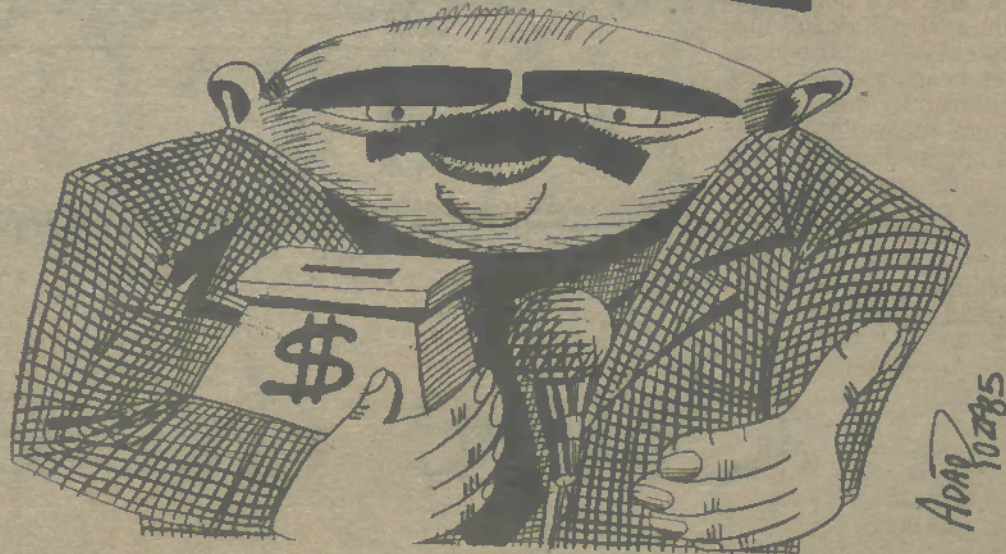
As grandes redes nacionais de comunicação vêm protestando violentamente contra o espaço reservado para a propaganda eleitoral gratuita. Segundo elas, este espaço é fruto de uma lei autoritária, que não respeita os interesses das empresas. Os partidos políticos, no entanto, defendem a medida por considerarem que ela abre um importante canal para a discussão das propostas de cada candidato, permitindo, assim, que o eleitor faça sua opção de maneira consciente.

Na verdade, por trás desta discussão se impõe outra, de maior alcance, que é a da função que os meios de comunicação de massa devem desempenhar na sociedade. Ninguém desconhece a extensão do poder que eles exercem sobre a coletividade na qual atuam. Por isto, as emissoras de rádio e televisão não podem ser encaradas como empresas comuns, mas de acordo com o seu valor político. É esta função política que é cobrada pelo governo quando aplica uma lei como a da propaganda eleitoral gratuita. Com ela, os candidatos a postos eletivos ficam obrigados a expor suas propostas e a defender um programa de governo. Isto permite que o pleito ganhe um pouco mais de legitimidade.

Embora, numa primeira análise, o horário político possa parecer um transtorno para o público, que ficaria privado de seus programas favoritos, ele desempenha um papel vital na politização deste mesmo público, no momento em que o leva a travar conhecimentos das diferentes visões do mundo e propostas programáticas defendidas pelas diversas agremiações políticas que disputam seu voto. O debate não está mais restrito às salas fechadas ou a pequenos comícios. Hoje ele está em cada casa, diariamente, e isto obriga os eleitos a terem um maior compromisso com o povo.

Desta maneira, a propaganda eleitoral gratuita é um fato positivo em nossa vida política, e a sua veiculação faz parte do "preço social" que as empresas de comunicação devem pagar para deter uma fatia deste mercado vital para o conjunto da sociedade, que é o da informação. Se ele precisa ou não passar por mudanças ou adaptações estruturais é outro assunto. Primeiro é necessário assegurar o espaço para depois discutir a fórmula. Esta virá como decorrência do jogo de pressões que a democracia. Além disto é importante lembrar que no Brasil os canais de radiodifusão são propriedade do Governo que permite sua exploração por grupos privados. Nada mais legítimo, então, que este Governo imponha certas condições para estas permissões. A propaganda eleitoral gratuita é certamente uma das mais democráticas.

EU ♥ POBRES



Rebarbas

Os alunos da cadeira de História da Imprensa brasileira vêm tendo dificuldades para encontrar o "bissexto" Professor Teimo Costa. Ele deu sua "aula inaugural" no dia 7/8, depois só voltou a aparecer em 4/9. Seguiu-se então um longo intervalo sem contato com os alunos, que só foi interrompido no dia 2/10. Depois disto ele só voltou a ser visto na Faculdade no dia 30 do mesmo mês. Durante este desaparecimento a aula vem sendo dirigida por instrutores "bilhetinhos" do mestre. Não que os alunos estejam sentindo falta, mas que a situação é muito estranha, é.

Novo currículo tem destas coisas. Estes dias em uma aula do oitavo semestre, ninguém sabia o nome da disciplina. Aliás, a quem possa interessar, a cadeira era Técnica de Jornal e Periódico II, com o professor Guerreiro.

Uma aluna da Fabico, fazendo um levantamento sobre a história dos diversos cursos da Ufrgs, telefonou para a Faculdade, tentando descobrir a data de fundação do Curso de Comunicação Social. A diretora, Sra. Lourdes Gregol, respondeu que não sabia pois a Comunicação é curso agregado à Biblioteconomia. É de se louvar o extremo interesse e consideração que a Diretora demonstra por um curso que reúne metade dos alunos da Faculdade. É isto que dá o MEC não respeitar a ordem das listas.

Com apenas uma chapa concorrendo, foram realizadas nos dias 29 e 30 de outubro as eleições para o Dabico. O resultado final acusou 148 votos para a chapa Participação, 48 votos em branco e 28 nulos. A nova diretoria do Diretório é composta apenas por calouros do Curso de Comunicação. Da mesma maneira como não se pode alijar a Comunicação da direção da Faculdade, a Biblioteconomia não deveria ficar de fora da composição do DA, sob pena da administração ser considerada ilegítima.

TRES QUATRO

Jornal-Laboratório dos alunos do oitavo semestre do Curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Terceira edição do segundo semestre de 1985, elaborada pelas turmas das disciplinas de Produção e Difusão de Jornalismo Gráfico e Projeto Experimental 5, sob a coordenação dos professores Anibal Bendafí, Pedro Maciel e Sérgio Caparelli.

Participam desta edição: Airton Seligman, Alvaro Augusto de

F. Almeida, Ana Cláudia Fossi Casimiro, Anália Maria Alves Barth, Ângelo Mendes, Ania Chala, Carl Regina Lemos Rodrigues, Carla Maria Zen, Carmen Lúcia Ferreira da Silva, Célia Regina Canani, Cláudia Turela, Dagoberto José Bordin, Geni Dorneles Valentí, Gustavo Krieger Barreiro, José Alberto Santos de Andrade, José Antônio Sousa Pinto Netto, Karla Camargo da Silva, Luís Carlos Carpin, Márcia de Wallau, Marta Gleich e Suzana Nalditch (Textos); Anália, Abnel, Ania, Alvaro e José Alber-

to (Conselho Editorial); Abnel, Airton, Alvaro e Karla (Diagramação); Ana Luiza Freitas, João Otávio Ness e Wallace Lehmann (Fotografias); Adão Roza (Ilustrações).

Chefe de Departamento de Comunicação: Vera Ferreira.

Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregol Fagundes.

Rua Jacinto Gomes, 540 — Porto Alegre — RS.

Impresso na

Zero Hora Editora Jornalística S. A.

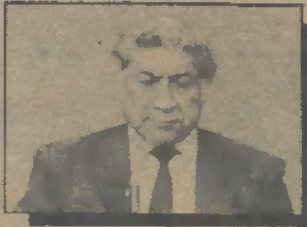
Horário político causa polêmica

Validade da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV em discussão

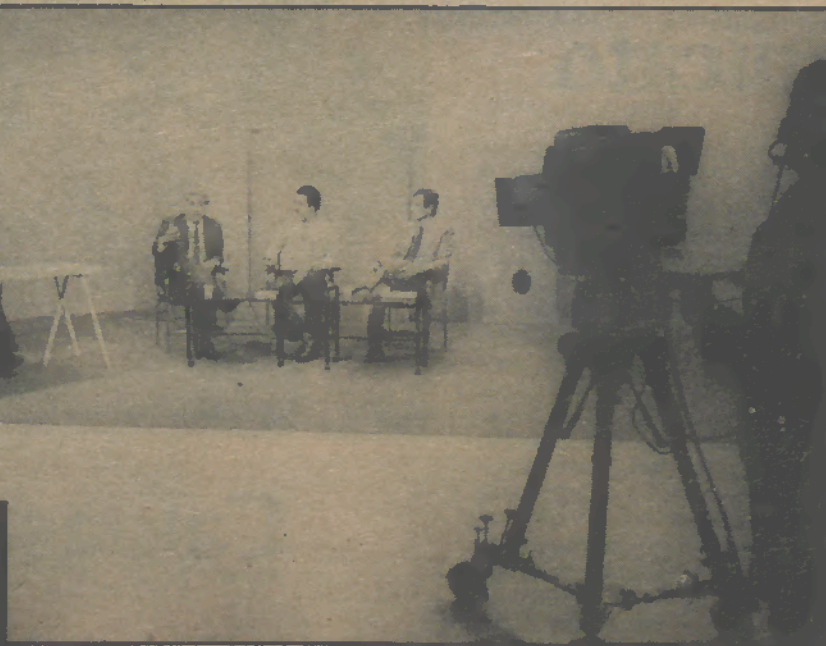
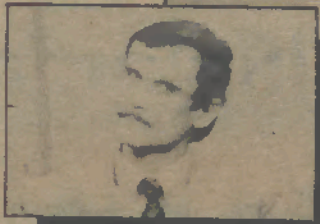
Com a abertura política no país caiu a "Lei Falcão" que, sob o pretexto de coibir o abuso do poder econômico em eleições, reduziu a propaganda política nos meios de comunicação à apresentação de fotos e currículos dos candidatos, impedindo assim o debate das propostas reais dos partidos. No entanto, como era realmente importante estabelecer uma certa igualdade de espaços entre os partidos, independentemente de seu tamanho, o governo optou por manter uma hora por dia das programações das emissoras de rádio e televisão reservadas aos partidos, sem limitação de forma ou conteúdo para as mensagens apresentadas.

Esta medida, no entanto, acabou provocando fortes reações de parte das grandes redes particulares de comunicação. Através de seus diretores, e mesmo de editoriais de órgãos "amigos" da imprensa escrita, elas têm afirmado que o espaço gratuito provém de uma legislação arbitrária, que não levou em conta os interesses das empresas. Paralelamente, movem uma campanha institucional que tenta provar que, ao contrário de dar votos, o horário político prejudica os partidos, pois os eleitores se revoltariam por ver prejudicado o seu lazer.

Esta posição, entretanto, às vezes traduz apenas o interesse financeiro das empresas, diretamente ferido na questão. Já o diretor-presidente da Fundação TVE Piratini, Cândido Norberto, têm uma opinião bem diferente sobre o assunto.



Nos debates na TV...



... os candidatos procuram aproveitar seus espaços

Ele é francamente a favor do horário político e acredita que a forma livre como vem sendo apresentado contribui para uma maior conscientização dos eleitores. Como a TVE não é uma emissora comercial, ele não se sente prejudicado em ceder um espaço de sua programação aos partidos mas afirma que mesmo nas emissoras comuns este é um preço justo para ser pago pela utilização dos canais que, lembra, pertencem ao governo.

O diretor de programação da Rádio e TV Bandeirantes, Giancarlo Sartorello, discorda desta colocação. Ele concorda com que as empresas cedam

espaços de sua programação ao governo, mas acredita que este vem exigindo demais. Para reforçar esta colocação, lembra que todas as emissoras têm que reservar para a propaganda oficial uma parte de seus espaços comerciais, e no caso das rádios, ainda ceder uma hora diária para a "Voz do Brasil".

Sartorello não aceita a maneira como foi decidida a forma de veiculação do horário político para as eleições municipais deste ano. Segundo ele, as emissoras não foram devidamente consultadas e receberam um pacote pronto, às vés-

peras do início da veiculação deste espaço.

PREJUDICIAL

Sartorello não se diferencia do coro dos que afirmam que a propaganda eleitoral gratuita prejudica os candidatos, pois acaba incompatibilizando-os com a população, que deseja simplesmente assistir ao seu programa favorito. E propõe uma "solução conciliatória": a veiculação da propaganda política em horários diferentes pelas várias emissoras. Desta forma, ele afirma, o eleitor poderia optar entre assistir ou não a pregação dos partidos,

que assim "colheriam melhores resultados".

Cândido Norberto não partilha desta convicção. Para ele, o contato diário, e até mesmo obrigatório, entre os candidatos e a população, tornam mais estreitos os laços entre um e outro e mais fortes os compromissos assumidos. Além disso, esta proximidade ajuda a politizar a eleição, pois os candidatos têm que apresentar propostas próprias, baseadas na ideologia de seus partidos, e assim facilitar ao eleitor o trabalho de optar pela que mais se adequa a seus interesses. Finalmente, acredita que num país com alto índice de analfabetismo e no qual a maior parte da população não tem acesso a jornais e revistas o rádio e a televisão têm um papel vital a cumprir no processo político-eleitoral.

Em suma, por trás da discussão sobre a validade do horário político gratuito se coloca a da função que os meios de comunicação de massa exercem na sociedade. Para quem considera que este é apenas mais um setor de atividade econômica realmente deve parecer um absurdo a interferência do estado na utilização do espaço da programação. Para quem, ao contrário, entende que eles têm uma função política ou social, não deve haver nenhuma estranheza no fato do Estado exigir que uma fatia de sua programação seja reservada à discussão política, principalmente quando se aproxima uma eleição.

Gustavo Barreiro

Políticos preferem enfrentar as câmeras e abandonam os comícios

A campanha eleitoral para as prefeituras das capitais e áreas de segurança está demonstrando uma mudança na atuação dos candidatos à procura de eleitores. Os partidos procuram usar da melhor maneira o espaço junto aos meios de comunicação. Com isto, os tradicionais comícios, de grande repercussão em outras épocas, passam a ter uma importância menor e tendem a desaparecer nas próximas campanhas.

Até a revolução de 64, as campanhas eleitorais eram estruturadas em função destas manifestações populares, onde o povo tinha a oportunidade de assistir ao vivo às pregações políticas dos partidos. Wilson Vargas da Silveira, ex-deputado pelo antigo PTB e hoje tesoureiro geral do PMDB no Estado, lembra dos antigos comícios, quando os políticos preparavam durante meses a grande concentração final, às vésperas da eleição. Naquele tempo era permitido aos partidos comprar espaços nas rádios para transmissão destes eventos. Era comum a presença maciça de público nas praças.

Durante o período que se seguiu a 64, os comícios desapareceram quase que por com-

pleto. Na verdade, eles não eram proibidos pelas autoridades, porém existiam tantas exigências legais para cumprir que tornavam a manifestação desaconselhável.

Com a "abertura democrática", posta em prática pelo governo militar no final da década de 70, houve a possibilidade da rearticulação dos partidos e em 1982, na eleição dos governadores, novamente os comícios voltaram a fazer parte da vida política brasileira. Contudo, nesta ocasião, já foi possível notar um certo desin-

teresse da população para com este tipo de manifestação.

Em 1984, o Brasil viu as maiores concentrações políticas de sua história, durante a campanha pelas eleições diretas. Estas manifestações, entretanto, não podem ser tomadas como exemplo de comícios de pregação partidária, já que o povo ia às ruas com uma posição definida. Segundo Wilson Vargas, "os comícios das diretas valeram mais como um ato de protesto do que pelo conteúdo dos discursos".

Para as eleições deste ano, a

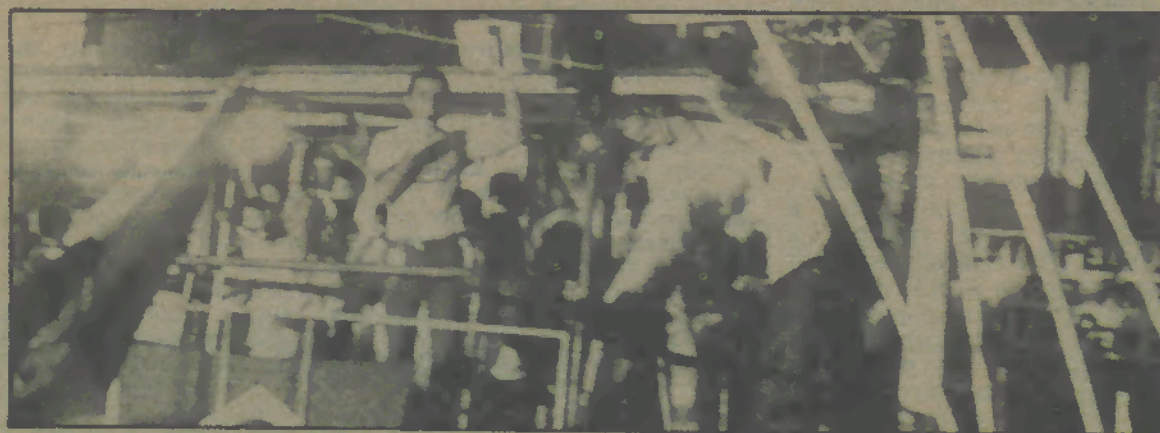
novidade foi a modificação do espaço político gratuito no rádio e na televisão. Agora já é possível aos partidos produzirem seus programas de maneira livre. Segundo o jornalista a ex-deputado Cândido Norberto dos Santos, a utilização dos meios de comunicação passou a ser um fator importantíssimo em uma campanha eleitoral. Para ele, os comícios são uma prática fora de moda e sem grande eficácia nos dias atuais. Já Wilson Vargas admite a importância da propaganda veiculada pelos meios de co-

municação mas acredita que a presença física de um candidato junto ao eleitor ainda é um fator importante na busca de votos.

Cândido Norberto argumenta também que um comício é algo extremamente caro para ser produzido e atinge um número restrito de pessoas, enquanto na TV ou no rádio o candidato tem a possibilidade de estar na casa do eleitor duas vezes por dia, atingindo um universo muito maior. Wilson Vargas concorda que a produção de um comício é caríssima. "Na verdade", diz ele, "mesmo nos antigos comícios os partidos gastavam muito, porém hoje existe todo um aparato profissional em torno da atividade eleitoral que torna tudo mais caro".

Hoje em dia, os comícios já não atraem tanto a população como antigamente. Mesmo assim, alguns partidos ainda estão se valendo desta prática e programando suas concentrações para os últimos dias da campanha. Em Porto Alegre o local será o tradicional Largo da Prefeitura, por onde já passaram ilustres políticos em campanha numa época em que não havia o horário político.

José Alberto Andrade



Diretas Já: grandes comícios sem identidade partidária

METALÚRGICOS

Três chapas para o Sindicato

Nos dias 2, 4, 5 e 6 de dezembro os metalúrgicos de Porto Alegre estarão elegendo a nova diretoria que ficará, nos próximos três anos, à frente do Sindicato.

Participarão do pleito três chapas: Zé Faisca, João da Prensa e Oposição Metalúrgica. O processo eleitoral envolve praticamente todos os setores do sindicalismo brasileiro, já que o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre é a maior e mais forte organização de trabalhadores do sul do país. Além disso, outro fator que mobiliza os sindicalistas é a possível divisão mais prolongada do sindicalismo brasileiro.

De acordo com a direção do Sindicato, que apóia a Chapa 1, o pessoal da Oposição Metalúrgica pensa apenas em consolidar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Estado, contando para isto com fartas somas de dinheiro estrangeiro.

Independente disso, o que primeiramente chama a atenção da categoria é a existência de três chapas.

Ernesto Augusto Bernardi, da Chapa do Zé Faisca, explica que a unidade em torno de uma chapa unitária não foi possível devido a uma série de equívocos das chapas que hoje estão na oposição. "A primeira", diz, "queria negociar um número de cargos superior a sua representação na categoria," enquanto que a Chapa 3 "coloca o sindicalismo como um apêndice de interesses partidários".

PROPOSTAS

Em essência, as propostas das três chapas não diferem muito. Todas defendem aumentos reais de salários, adicional de insalubridade, 40 horas semanais sem redução de salários, estabilidade e outras reivindicações da categoria, aprovadas, em assembleias e congressos.

Contudo, a concordância na defesa destas bandeiras não possibilitou a unificação das três articulações.

Raul Carrion, da Chapa 2, afirma que estas lutas "não foram encaminhadas pela diretoria do Sindicato", enquanto que Efrain Correa da Silva, da Chapa 3, consegue explicar a divisão nos aspectos da conjuntura nacional. Para ele, "muito se tem falado em mudanças a partir da Nova República, mas nós trabalhadores temos que nos perguntar o que mudou em nossas vidas. Quais as melhorias nas condições de vida para nós e nossas famílias? As respostas para estas perguntas nós sabemos: — nada".

Carrion discorda desta afirmação. Segundo ele, "querem jogar areia nos olhos dos peões com a opinião estreita de que

nada mudou, repetindo a mesma lenga-lenga dos homens do PDS, saudosos do arbítrio e da corrupção do regime militar".

O candidato da Chapa 1, Ernesto Bernardi, explica de outra forma a divisão em três articulações. Para ele, não basta a unidade em torno das questões programáticas. "É necessário", explica, "a unidade político-sindical, isto é, a manutenção da unicidade da estrutura sindical a partir do reconhecimento da diversidade política existente no movimento sindical". "Quando a Chapa 2 fala em unidade", continua, "fala apenas em unidade programática, enquanto que a Chapa 3 fala na unidade política do que eles chamam de sindicalismo avançado, ou seja, o que se aglutina em torno da CUT".

PARTIDOS

No entanto, as divergências não se resumem no entendimento que as articulações apresentam sobre o processo.

O que fica evidenciado em relação à Chapa 3 é a oportunidade que terá realmente de construir a CUT no Rio Grande do Sul: da chapa fazem parte três elementos das direções desta central sindical. Os demais, ou têm ligações com a Igreja (em especial a pastoral operária, que também apóia a CUT), ou foram delegados nos congressos desta organização. Fica claro o apoio do Partido dos Trabalhadores a esta articulação.

A Chapa 2, que apresenta proposta semelhante à Chapa 1, também não está só. Segundo informações de um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, ela tem o apoio do PC do Brasil, "que não entendeu o problema que seria criado no caso de uma possível vitória da Chapa 3: fortalecendo uma central sindical que não representa o grosso do sindicalismo brasileiro e que, pelo contrário, divide e enfraquece a organização e a luta dos trabalhadores diante dos patrões".

A Chapa 1 também recebe apoio de organizações político-partidárias. O Partido (PCB), o PMDB e o MR-8 já manifestaram publicamente sua confiança na Chapa do Zé Faisca.

O futuro do sindicalismo brasileiro não será decidido somente com esta eleição. Mas, sem dúvida alguma, o seu resultado influirá. Vencendo a Chapa 3, é construída a CUT/RS; sendo vitoriosa a Chapa 2, a Conclat recebe o apoio da nova direção do Sindicato; ganhando a Chapa 1, deve ocorrer uma luta em prol da aproximação das duas alas mais importantes do movimento sindical brasileiro.

Luis Carlos Carpin

João Orávio Ness



Leilão do prédio central foi adiado

Caldas Júnior: acordo garante o pagamento

Os funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior, mais de um ano após seu fechamento, tentam novo acordo para receberem seus salários atrasados. Desta vez, a venda do prédio central funcionará como última cartada para o pagamento da dívida trabalhista.

O acordo, formalizado entre os advogados do Sindicato dos Jornalistas, o Juiz do Trabalho, o Juiz da Vara de Falências e o Síndico da Massa Falida garante a realização, até 30 de novembro, de uma série de leilões onde serão vendidos os imóveis da empresa. A lista de prédios que vão a leilão inclui a garagem central; terrenos na rua Folha da Tarde, no Bairro Cristal; um andar da sucursal em São Paulo, na praça da República; prédios em Canoas e terrenos em Tapes e Guaíba.

Se o dinheiro arrecadado nesses leilões for insuficiente para pagar os empregados, o juiz do Trabalho fará uma distribuição proporcional, dentro de um prazo calculado no máximo até 15 de dezembro. Os advogados Luiz Heron Araújo e Luiz Lopes Burmeister ressaltam que não havendo pagamento de pelo menos 50% do total devido a cada trabalhador, até esta data limite, o leilão do prédio central será marcado para dia oito de janeiro de 86.

Estas informações passadas aos ex-empregados do Correio do Povo e da Folha da Tarde, durante reunião no Sindicato dos Jornalistas, no último dia 28, trouxeram esperança para solução do caso Caldas Júnior.

GARANTIAS

Heron Araújo disse que um acordo desse tipo só foi possível porque boa parte dos bens da empresa estão penhorados na Justiça do Trabalho e isto garante a não interferência de credores como a Caixa Econômica Federal. Na verdade, o aparente fracasso do

leilão do prédio central marcado para 31 de outubro foi uma vitória para os trabalhadores, reconheceu Heron. Mesmo que todo dinheiro fosse destinado ao pagamento das ações trabalhistas, o juiz da Vara de Falências entraria com processo pedindo o pagamento das dívidas com os outros credores, o que só serviria para prejudicar ainda mais os funcionários, já que a decretação da falência impede a correção monetária.

Os advogados dos sindicalistas consideram que Breno Caldas cometeu um erro ao adiar a decretação de falência da empresa, pois deu tempo para que vários bens fossem penhorados por ações trabalhistas.

Luiz Lopes Burmeister garantiu que se até 28 de fevereiro, o restante da dívida com os trabalhadores não for pago, o prédio central será leiloado dia 31 de março. "Não importa se faltar o pagamento de apenas 10% da dívida. Neste caso o juiz do Trabalho repassaria ao juiz da Vara de Falências o dinheiro que restasse." Outro dado importante é o fato de que os bens serão vendidos em leilão pelo maior lance ou seja, mesmo que o valor dos lances alcance níveis inferiores ao da avaliação do leiloeiro a venda será realizada.

O total da dívida, segundo levantamento do Sindicato dos Jornalistas, chega a Cr\$ 15 bilhões, mas esse é um cálculo aproximado porque muitos funcionários ainda não entraram na justiça. Estes últimos parecem ainda acreditar na volta do tradicional Correio do Povo, um sonho que se torna mais impossível a cada dia.

Agora a luta dos empregados da Caldas Júnior é contra o tempo, pois sem os juros e a correção monetária, cortados a partir da decretação de falência, eles só perdem dinheiro.

Ania Chala

Projeto para regularizar profissão de diagramador

A Assembleia Legislativa aprovou, no dia 16 de outubro, o Projeto 191/84; de autoria do Deputado Ruy Carlos Ostermann, criando o cargo de Diagramador Jornalista nas repartições e autarquias estaduais. Falta, entretanto, a sanção do governador Jair Soares para que os profissionais da diagramação possam atuar acompanhados dos benefícios do cargo.

Segundo consta no projeto, esse cargo deve ser exercido somente por profissional registrado no Ministério do Trabalho como diagramador ou por bacharel em Computação Social (habilitação em jornalismo gráfico). Se sancionado, o

projeto trará não apenas benefícios à categoria profissional, como para o próprio governo gaúcho. Atualmente, a maioria das publicações do Estado é feita por empresas ou profissionais contratados a custos bastante elevados.

Por outro lado, muitos impressos são executados sem planificação gráfica e encaminhados à Companhia Riograndense de Artes Gráficas, CORAG, sendo produzidos sem maior orientação técnica: a equipe de diagramadores da empresa é pequena em relação ao volume de publicações que realiza. Como consequência, a divulgação das obras, atividades e realizações

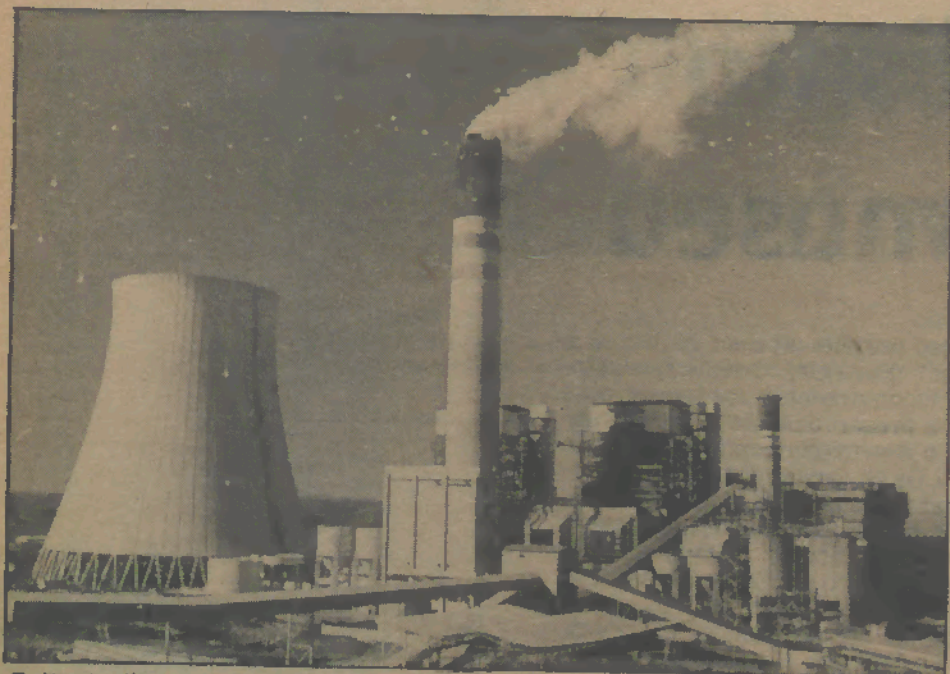
governamentais não atingem o objetivo, já que um impresso mal planejado não atrai o leitor, ou seja, o público alvo.

Portanto, maior rapidez na confecção, melhoria no padrão estético, maior eficiência das mensagens impressas, além do aspecto financeiro, são algumas das vantagens apontadas para a criação do cargo de diagramador. Além disso, o novo cargo é mais uma importante conquista para a categoria profissional. Só falta agora a sanção do governador Jair Soares.

Cláudia Turela e Anália Barth

Estado ameaçado por blecautes

RS não gera energia suficiente e obras de Candiota continuam paradas



Falta de dinheiro paralisa Candiota III

Horário de verão previne colapso

Blecaute significa escurecimento, apagamento de luzes. No dia 17 de setembro, quando aconteceu o terceiro blecaute em menos de um ano e meio, atingindo todo o Centro-Sul do País, originado no defeito de um condensador da estação terminal do linhão de Itaipu para a CESP — Companhia Energética de São Paulo, a luz apagou em todos os 244 municípios gaúchos. O sistema sobrecarregado desligou 18 usinas que fazem parte do Sistema Interligado, provocando, assim, reflexos em outros Estados.

O blecaute ocorreu no momento em que o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, se preparava para falar sobre os problemas enfrentados pelo sistema elétrico brasileiro e as providências que o Governo pretende adotar para evitar novas interrupções de fornecimento de energia, entre elas o recém-implantado "horário de verão". O Ministro fez a advertência de que os sistemas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica estão operando no "limite de tolerância".

O blecaute acontece quando há um problema no sistema; todo o sistema cai por um período determinado. Se não for encontrada uma solução a curtíssimo prazo, os cortes passam a

ser mais frequentes. A tendência é reprimir demandas até chegar ao racionamento.

Racionamento

O racionamento é a incapacidade de atender a demanda (necessidade de consumo de quilowatts); pode funcionar desde uma redução de tensão bastante comum até cortes em determinados períodos. Pontos fracos aparecem na configuração elétrica de todo o Rio Grande do Sul e alguns pontos principais ficam localizados na região de Caxias, Santa Maria e fronteira oeste. Atualmente Porto Alegre melhorou sua configuração com a entrada em operação das subestações Porto Alegre 14 e Porto Alegre 10, ampliando o sistema de transmissão.

O Estado tem hoje, de certa forma, racionamento à medida que tem demanda reprimida. Em vários pontos do Estado há residências e indústrias que precisam de energia e não conseguem porque a CEEE não possui condições de atendê-las. Quanto mais dependente do sistema integrado, mais suscetível de racionamento fica o Estado em casos de blecautes. Casos extremos podem ocorrer no verão que se aproxima se a região sudeste continuar com o fraco período de chuvas e com os rios baixos.

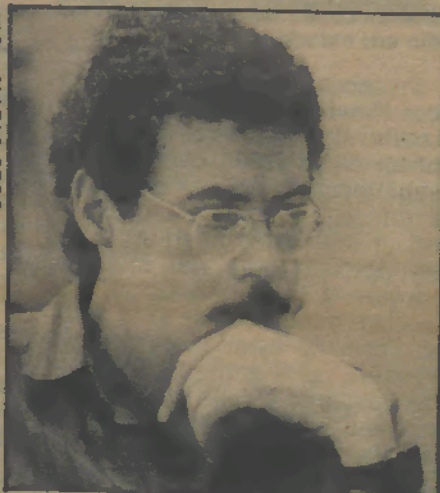
O Estado está ameaçado de sofrer novos blecautes e até racionamento de energia elétrica devido à crise que afeta o sistema brasileiro de distribuição. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que importa 48% de sua demanda de energia da Eletrobrás e Eletrosul, vive dificuldades maiores porque a dívida de Cr\$ 3,2 trilhões, quase a metade do orçamento do Estado neste ano, impede qualquer investimento e traz problemas políticos.

Na tentativa de encontrar saídas para a CEEE, que já repassou 30% das ações para a Eletrobrás, foi formada uma Comissão de mobilização da qual fazem parte clubes e associações da CEEE e sindicatos e associações dos engenheiros e trabalhadores nas indústrias de energia termo e hidroelétrica do Estado do Rio Grande do Sul.

Solon Lemos Pinto, presidente da Associação dos Engenheiros da CEEE, que integra a Comissão de mobilização, afirma que todo o setor elétrico brasileiro apresenta problemas desde a época do "milagre brasileiro", quando o então ministro Delfim Neto contratava pacotes econômicos de recursos externos sem a cobertura de uma correspondente política tarifária. Ao mesmo tempo em que os empréstimos externos eram contratados a juros de mercado, esse investimento recebia uma remuneração muito abaixo dos valores desses juros: a empresa vendia por preços inferiores aos que comprava.

Arquivo 3X4

João Otávio Ness



Solon alerta para os problemas

SISTEMA INTERLIGADO

A partir de 1962, a Eletrobrás passou a planejar e financiar o programa de energia elétrica do Brasil, condenando também a sua execução. No campo de transmissão de energia, a empresa promove a interligação de sistemas regionais que permite o intercâmbio de energia elétrica entre as várias regiões do país e implanta linhas de transmissão para transporte de energia a longas distâncias.

Beatriz Parracho Santiago, presidente da União de Profissionais Liberais da CEEE, explica que esse sistema interligado brasileiro é necessário, mas a discussão atual trata da vantagem de ter ou não geração de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Ela esclarece que sem geração de energia, o Estado ficaria totalmente dependente desse sistema interligado. Se houvesse uma grande seca no Paraná ou em São Paulo, por exemplo, o Rio Grande do Sul seria atingido e teria um blecaute e não poderia sair da situação pela falta de recursos e de geração de energia. Como o Estado do Paraná é auto-suficiente em energia elétrica porque tem geração necessária para o consumo, ocorrendo uma pane no sistema interligado, ele se desliga e continua funcionando normalmente. Mas com o nosso Estado não acontece o mesmo e ele, situado no extremo sul, fica sem ter a quem apelar.

"Em termos políticos", diz Beatriz, "não pode o Estado abrir mão de ter geração de energia elétrica sob pena de se tornar cada vez mais fraco e dependente do centro do País. Se não tivermos geração, nós perdemos um enorme poder de barganha para discutir qualquer coisa com o

centro do País".

CANDIOTA III

O presidente do Clube dos Engenheiros enfatiza que é preciso uma negociação política do Estado do Rio Grande do Sul junto às autoridades federais para que os recursos sejam alocados para as obras prioritárias, entre as quais a Usina Termoeletrica Candiota III para início de funcionamento em 1991, a fim de que o mercado consumidor gaúcho seja perfeitamente atendido, bem como o sistema interligado.

Estudos realizados pela Eletrobrás juntamente com a CEEE e outras concessionárias inclusive a Eletrosul, concluíram que a construção de Candiota III aproveitando o carvão em minas de céu aberto é muito mais econômica do que a Termoeletrica do Jacuí. Além disso, Solon lembra que a Usina de Candiota III já dispõe de equipamentos comprados, no valor de 150 milhões de dólares, que estão estocados na França e que a CEEE, a partir de 1986, quando termina o prazo de carência, começa a pagá-los.

MEDIDAS

Para o engenheiro Solon, construir linhas de transmissão de Itaipu para trazer energia para o Rio Grande do Sul é tão ou mais caro do que construir uma usina aqui mesmo. Uma usina aqui apresenta outras vantagens. A usina termoeletrica sempre trabalha como geração de energia de base, uma energia constante. Ela não depende de vazões de rios ou de chuvas, tem uma energia firme. A geração hidroelétrica fica muito ligada às questões climáticas, às vazões dos rios. A usina hidroelétrica é importante porque ela equilibra o sistema na medida que há necessidade de maior demanda num determinado momento; ela responde rápido em termos de energia elétrica.

A comissão de mobilização está pleiteando junto às autoridades federais a viabilização técnico-econômico-financeira da CEEE, conforme o plano de recuperação setorial e o programa de investimentos do setor elétrico acordado em reunião com a Eletrobrás e as demais concessionárias, para o período 1985-1989. Isso na prática significa capitalização da empresa pelo Governo Federal, rolagem de sua dívida externa e também capitalização por parte do Governo Estadual.

Essas medidas possibilitam que a CEEE coloque em operação a Usina Termoeletrica Presidente Médici — fase B no primeiro semestre de 1986 — continue as obras da Usina Termoeletrica Candiota III — unidade 1 — permitindo a sua entrada em operação em 1991, inicie as obras da usina hidroelétrica Dona Francisca, permitindo a sua conclusão em 1992 e mantenha tanto a manutenção e expansão do sistema de transmissão, como a adequação do sistema de distribuição.

Carmen Ferreira



Linhas de transmissão exigem manutenção constante

Walace Lehmann

João Otávio Ness



Beatriz: "falta gerar energia"

USINA DO GASÔMETRO

Tempo e vandalismo destroem futuro museu

O descaso está destruindo o velho prédio do Gasômetro que escapou da implosão para virar Museu

O prédio está abandonado, as vidraças quebradas, quase sem teto. Apenas um vigilante impede que atos de vandalismo piorem a situação. Esse prédio, por mais de 50 anos, gerou o desenvolvimento de Porto Alegre. Quase foi implodido, esquecido pelo Governo de sua importância histórica e política. A Usina do Gasômetro, que qualquer porto-alegrense conhece, ali junto ao Guaíba e ao lado do Parque da Harmonia, ainda está de pé e se transformará no Museu do Trabalho: um grande centro cultural dinâmico e participativo, que quer resgatar a memória coletiva.

A idéia do Museu surgiu em 1981, decorrente de uma pesquisa realizada pelo sociólogo Marcos Flávio Soares sobre o movimento operário. Um grupo de pessoas formou então uma associação, e após dois anos de luta conseguiu que o Governo do Estado tombasse o prédio. Mas nem a Prefeitura, nem o Estado ou a União tomaram qualquer atitude séria desde então. O projeto para o Museu foi realizado de graça por professores e alunos da Faculdade Ritter dos Reis.

O Museu terá um acervo com máquinas, documentos e fotos que irá retratar a história econômica e so-



Wallace Lehmann

Prédio em estado precário

cial. Pretende, também, conforme Marcos Flávio Soares, ser "um espaço cultural que saliente a vinculação histórica do prédio com as classes subalternas". Lá haverá lugar para diferentes manifestações — teatro, cinema, artes plásticas, artesanato, desenho industrial, bibliotecas, arquivos, salas de música. São 7200 metros quadrados de área, com a vantagem de estar integrado ao Rio Guaíba, ao Parque da Harmonia, ao Centro da cidade e também à última área industrial do centro, que são as oficinas do DEPREC — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

Há tempo se ouve falar no Museu. No entanto, o prédio parece cada vez mais precário e abandonado. Conforme o professor Flávio Soares,

"nosso prefeito apenas esqueceu a Usina". Para ele, o prédio revela toda a incompreensão dos tecnocratas com a preservação da história e até com o desenvolvimento do meio urbano. Os Governos Estadual e Federal também não têm se manifestado. "Nós não temos preferência sobre quem deve liderar a instalação do Museu", diz o sociólogo. A associação do Museu, no entanto, divulga o projeto e faz apresentações artísticas na Rua dos Andradas, nº 270 — onde se instalou —, perto da Usina, para que a comunidade saiba que existe uma proposta que vive, apesar da ausência de apoio oficial.

As vésperas das eleições para prefeito de Porto Alegre, todos os candidatos assinaram a "Carta da Usina do Gasômetro", que diz da importância do Museu do Trabalho e que propõe o comprometimento da Prefeitura em tomar as iniciativas e medidas concretas, com o apoio da comunidade, para a instalação do projeto. Collares, Carrion e Pont já visitaram a Usina; Faccioni e Krieger de Mello prometem ir.

"A implantação do Museu não se resolve com demagogia", avisa Marcos Flávio Soares, da Associação do Museu. Para ele, o projeto é da comunidade, e portanto está acima de qualquer vinculação partidária. Mas quais são as promessas dos "prefeituráveis" para a Usina, além da carta que assinaram? Seja qual for o destino do Gasômetro, de antemão o professor Soares garante: "A comunidade vai aplaudir aquele que restaurar o prédio".

"SERÁ PRESERVADO"

O candidato do PDT, Alceu Collares, quer proteger os prédios que são equipamentos culturais, tanto para uso quanto para manutenção e recu-

Wallace Lehmann



A antiga Usina do Gasômetro

peração. Dentro desta proposta está o Museu do Trabalho. "A Prefeitura vai ser interventiva", afirma Glênio Peres, o candidato a vice-prefeito pelo PDT. "Collares se comprometeu com o projeto e o Museu poderá ser viabilizado, porque há recursos", completa. O PDT, conforme Glênio Peres, pretende cumprir a Lei Calmon, que destina 25% da verba da Prefeitura para a cultura e a educação. No entanto, pretendem discutir a proposta do Museu: "A administração não imporá o projeto. Colocaremos em debate esta proposta".

"É UM SIMBOLO"

O candidato do PMDB à Prefeitura de Porto Alegre, Carrion Júnior, tem afirmado nos debates de que participa que pretende aproveitar integralmente as potencialidades da cidade no que se refere às questões de lazer, cultura, trabalho, esporte e moradia. Ele explica: "Os espaços e prédios vazios ou subutilizados, os equipamentos sociais ociosos, entre outros recursos, complementarão em termos de meios físicos nossa proposta para cada atividade social. É com base nessa filosofia que o Museu do Trabalho será aproveitado". Para Carrion, o Gasômetro é um símbolo de nossa cidade. "Vamos transformá-lo numa simbiose do novo com a história da cidade, possibilitando e estimulando seu uso pelos grupos de cultura e pela própria população. O Museu do Trabalho poderia ser pensado até com um novo nome — Museu Popular do Trabalho", imagina o candidato.

"TERÁ MEU TOTAL APOIO"

Victor Faccioni, o candidato do PDS, promete a total recuperação do prédio da Usina do Gasômetro, "bem como de suas adjacências, através de ajardinamento e parque de estacionamento". Para Faccioni, "o prédio deve ser utilizado para fins nobres, como é o caso do Museu do Trabalho, que terá meu total apoio. Além disso, o prédio poderá servir para atividades culturais di-



Wallace Lehmann

Museu do Trabalho, mais um espaço para a preservação da cultura

versas". Ma plano para Quer levá-lo dentro de um do, para faz moradores e acesso à Usi forme o can poderia se nhões que tr acervo à quel

"ESPAÇO"

Raul Pont, põe a ampli dos espaços gre, e afirma dades concr Trabalho. " num espaço lazer para Transformá-ra apresenta cas e cultura forma de dev reito de par em nossa cid to. Raul Pont á cultura e a de lazer e re privilégio da "Da mesma patrimônio c capitalismo f lação imobili te considerá históricos", também ao G

"POS"

O candidat Mello, quer s novas — "se forme ele — entidades de e do Patrimô tudar e redin existente. Pa equacionar a questões de "Não podemos blico", diz o uma viabilida lho sofrer um dentro das pos

O Governo Federal instituiu uma comissão para fazer a reforma universitária sem contar com o apoio das bases acadêmicas

A universidade brasileira vai sofrer reformulações

Através de uma comissão de notáveis, o Governo Federal está promovendo outro estudo para reformular a estrutura do ensino superior. Maria Beatriz Luce, professora do curso de Pós-Graduação em Educação, analisa aqui a validade de se instituir uma comissão com esse propósito e avalia o papel da universidade brasileira, tomando como exemplo a UFRGS, na qual trabalha.

Instalada no dia dois de maio, em cerimônia no Palácio do Planalto, a comissão constituiu-se de 24 membros — escolhidos indiretamente — das mais variadas regiões e facções políticas do país, predominando o conservadorismo. Os dois representantes do Rio Grande do Sul, Romeu Ritter dos Reis, dono das Faculdades Integradas Ritter dos Reis e o empresário Jorge Gerdau Johansen, são considerados conservadores. Segundo a professora Maria Beatriz Luce, toda a comunidade da UFRGS ficou surpresa com a nomeação destes dois gaúchos para integrarem o grupo: "não temos notícias dos trabalhos da Comissão; acho que quando não se quer que as coisas aconteçam, nomeiam-se comissões".

Após seis meses de instalação, pouco se ouviu falar a respeito das propostas discutidas quinzenalmente entre os membros, visto que os meios de comunicação quase nada declaram sobre o assunto. Na verdade, a surpresa da comunidade da UFRGS atribui-se à negligência governamental em não promover a reforma do ensino de terceiro grau com a participação das bases da sociedade acadêmica. Afinal, há muito tempo que docentes, discentes, funcionários e pesquisadores discutem a estrutura, função e política da universidade. Maria Beatriz define uma reforma de ensino superior como a abertura de espaço a todos os seus representantes na intenção de originar reais alterações estruturais.

UFRGS, um exemplo

Alguns pontos da pauta de discussões da Comissão de notáveis referem-se às eleições para a escolha de dirigentes universitários, ao modo de permitir o acesso da população de baixa renda à universidade e à questão salarial do corpo docente. Quanto a isto, a comunidade da UFRGS vem há anos elaborando documentos sobre as problemáticas acima referidas. Além dos trabalhos de reexame de currículos feito por professores e alunos de vários cursos que, conforme Maria Beatriz, "é uma maneira de repensar quem a instituição forma e para que forma, em função do mercado de trabalho".

No que se relaciona a uma maior autonomia de decisão àqueles que buscam efetivar transformações, a professora defende a descentralização do sistema universitário do controle federal, ou seja, outorgar liberdade de tomada de decisões às bases do sistema. E cita o caso da UFRGS, onde "os canais de participação são fechados, com um número muito grande de conselhos departamentais dos cursos, não fluindo com a dinâmica que precisariam para chegar até os espaços centrais da Universidade".

Aliada às dificuldades de comunicação entre as camadas hierárquicas, uma teia de problemas concorre para classificar a UFRGS como burocratizada e complicada em sua organização: o número e o tamanho dos departamentos que, de acordo com Maria Beatriz, não atendem as exigências dos cursos, sendo "alguns muito pequenos, outros muito grandes, alguns com professores qualificados, outros não". Quanto à área de pesquisa, ela ressalta a dificuldade de se apoiar novos grupos, interessados em "direcionar a sua pesquisa a partir da reflexão do grau de aproveitamento da mesma para um País pobre e dependente".

REFORMA DE 68

A última reforma universitária foi desencadeada por dois documentos legais: o Decreto-Lei 53, de 1966, e o Decreto-Lei 252, de 67. No primeiro documento consta que "as universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos". Já no segundo, está expressa a divisão das unidades universitárias (faculdades, institutos e escolas) em "subunidades denominadas departamentos, tendo competência para elaborar os seus planos de trabalho".

A consultoria estrangeira que apoiou a última reforma é sublinhada por Maria Beatriz Luce como uma das causas da perda de autonomia das unidades e a criação da departamentalização, oriunda da estrutura universitária norte-americana. "As unidades foram relegadas a um papel secundário, pois veja a função de um diretor de escola que hoje é de menor expressão na política acadêmica do que era antigamente".

A reforma trouxe, ainda, a reestruturação da carreira do magistério. A cadeia do professor catedrático, com seu cargo vitalício, foi extinta, passando o magistério a estruturar-se em quatro níveis: professor auxiliar, assistente, adjunto e professor titular. Todos eles, oficialmente, pos-

suem iguais direitos e deveres em termos de atribuições de ensino, pesquisa e extensão, que são as três funções da universidade. E no que diz respeito às reivindicações estudantis, a reforma regulamentou a participação do corpo discente nos Conselhos — órgãos colegiados, uma representação de 1/5 dos alunos.

Sob a lei 5540, a reformulação do ensino superior foi acompanhada de outras decisões governamentais como a construção dos Campi de universidades fora dos centros das cidades. Para Maria Beatriz, esta decisão foi, tecnicamente, tomada devido à falta de espaço físico nas grandes metrópoles, "mas limita também a participação dos estudantes e professores nos movimentos sociais e urbanos".

A expansão quantitativa das matrículas das universidades é um fato associado à reforma. A professora Luce afirma que o aumento do número de vagas era uma reclamação da classe média que apoiava o Golpe Militar de 64: "Com a expansão da matrícula houve uma expansão de corpo docente e consequente desvalorização salarial e social do professor em geral", conclui.

Principal proposta é autonomia

O relatório final que vai orientar a nova reforma do ensino universitário no País é formado por 13 documentos parciais que discutem os aspectos financeiros, a democratização da Universidade, a relação entre Estado e Educação, Constituinte e a questão salarial dos docentes.

Ele chega às mãos do ministro Marco Maciel antes do final do mês sugerindo a autonomia universitária, estabelecimento de salários a partir de um mínimo que todas as universidades teriam de obedecer e indica novas formas de captação de recursos, como a aplicação de 5% dos royalties pagos ao Exterior em pesquisa e a transferência de ações das estatais para a Universidade.

O relatório final reafirma a responsabilidade do Estado com o ensino superior mas considera que só devem ser subsidiadas as universidades particulares que tenham um reconhecimento padrão de qualidade e uma função social junto à comunidade. Por fim a comissão recomenda que a Constituinte reafirme a responsabilidade do Estado com educação em todos os níveis e que sejam oferecidos mais cursos noturnos nas universidades públicas.

Anália Barth

Melhores do ano podem viajar ao Exterior

Se você se esforçou, leu toda a extensa bibliografia que nossa competente docência nos indicava, fez todos os trabalhos e provas excelentes, teve uma frequência de mais de 90%, isto é, se durante o período de graduação só teve conceitos A e B, então é um forte candidato à bolsa que a Lei Brossard confere aos melhores classificados do ano.

Para que seus bríosos méritos sejam devidamente compensados, aja assim: primeiro informe-se com o Departamento se você foi um dos cinco primeiros classificados no seu curso. Se foi, e quiser, inscreva-se na Sec para concorrer com outros candidatos de seu curso em todo o Rio Grande do Sul. A bolsa é fornecida até um período de cinco anos e inclui o auxílio-viagem.

Desde a aprovação da Lei Brossard, a média anual é de oito bolsas por ano, e a dotação da verba para este fim, em 83, por exemplo, foi de Cr\$ 40 milhões. Os escolhidos concorreram com mais de 200 outros pretendentes.

Na hora da inscrição você deverá indicar o curso que pretende realizar, nome da instituição, cidade, Estado, país. Pode ser em

qualquer lugar, menos no Rio Grande do Sul.

A Lei nº 3023, de 12 de dezembro de 1956, estabelece que a Comissão Especial poderá indicar instituição diversa da solicitada, mas isso raramente acontece. Em 85 foram 12 os contemplados: três para a Europa, três para os EUA e seis para outros Estados do País.

A documentação exigida é um atestado da universidade em que conste o curso em que o candidato se graduou, média geral obtida (de zero a dez), termo de compromisso em duas vias em que o candidato declare que, se contemplado, apresentará no final do curso um relatório de suas atividades, concursos prestados, teses realizadas bem como títulos, diplomas e certificados obtidos.

Mas, colega, não se iluda. O auxílio é três vezes o Maior Valor da Referência, (MVR meio salário mínimo). Faça o cálculo, multiplique por 12 e isso será toda sua bolsa por um ano.

Cursos de pós-graduação só poderão ser feitos no exterior ou fora do Estado. Mas já há uma comissão de estudos que fornecerá

subsídios ao autor da Lei para que a modifique. Uma das mudanças seria quanto ao critério de seleção (não mais só a média geral, mas também propostas de estudo, interesse comunitário, etc), outra seria justamente o fornecimento de bolsas para pós-graduação no Estado. A Comissão estuda também a viabilidade de uma maior dotação de verbas: a bolsa é tão insignificante que muitos dos premiados abrem mão dela.

Lígia Noschang, assessora técnica do Dau (Departamento de Assuntos Universitários da Sec) alerta que o prazo para inscrições encerra-se em 15 de janeiro e que só poderão realizá-las os formados há no máximo, um ano.

Essa bolsa é interessante se você tiver mais umas. Alguns consulados oferecem. Aqui na Capital há também a Aplub, que tem bolsa rotativa (crédito educativo), que você tem que reembolsar depois. O sistema é por cotas e lhe dão direito a até Cr\$ 180 mil por mês. O telefone da Sec é 24.44.54. Estará ocupado, mas peça para falar com a Lígia.

Dagoberto Bordin

...sas". Mas o PDS tem mais um... para o Museu do Trabalho... levá-lo para as vilas e bairros... de um calendário estabelecido... para fazer chegar a cultura aos... radores que têm dificuldades de... so à Usina do Gasômetro. Con... e o candidato do Partido, isso... ria se dar utilizando-se cami... que transportassem partes do... vo àqueles locais.

ESPAÇO ALTERNATIVO

Aul Pont, candidato do PT, pro... a ampliação e democratização... espaços culturais em Porto Ale... e afirma que uma das possibili... concretizáveis é o Museu do... balho. "Ele pode constituir-se... espaço alternativo de cultura e... para os porto-alegrenses... transformá-lo em um local livre pa... apresentações musicais, artísti... e culturais seria também uma... na de devolver à população o di... de participar e fazer a cultura... nossa cidade", pensa o candida... Aul Pont considera que o acesso... ltura e a distribuição das áreas... e recreação sempre foi um... légio das classes dominantes... mesma forma é tratado o nosso... mônio cultural, os interesses do... talismo financeiro e da especu... imobiliária têm destruído par... onsiderável dos nossos prédios... rcos", denuncia, referindo-se... em ao Gasômetro.

"POSSIBILIDADES"

candidato do PTB. Krieger de... o, quer se assessorar das idéas... s — "sem continuísmo", con... e ele — que podem surgir das... ades de classe do setor, do IAB... Patrimônio Histórico, para es... e redimensionar o projeto já... ente. Para ele, é fundamental... cionar a proposta do Museu às... ões de ordem orçamentária... podemos dilapidar o erário pú... ", diz o candidato, "mas há... viabilidade do Museu do Traba... ofrer um avanço muito grande... o das possibilidades".

Marta Gleich

O talento na arte de Paulinho Pires

Quando finalmente a parcela musical da cultura rio-grandense consegue vir à tona, nada melhor do que lembrar um de seus criadores mais autênticos. Paulinho Pires, um ilhéu que só veio conhecer Porto Alegre aos 20 anos, é um músico tão desconhecido (fora do circuito regionalista) quanto talentoso.

Contando hoje com 51 anos de idade, Paulinho Pires começou sua iniciação musical aos cinco anos tocando galinha de boca, ensinado pelo tio, um carpinteiro, passando pelas flautinhas de bambu que todo guri constrói. Mas tarde, quando a família vinha a Porto Alegre, Paulinho descobriu o acordeon escondido no paiol de sua casa numa ilha do Rio Jacuí.

Foi essa curiosidade que o tornou um músico de valor incomparável. Em uma de suas andanças, o rapaz descobriu em Santa Cruz um músico que tocava serrote. A partir daí, Paulinho Pires se envolveu com o instrumento que o faria conhecido e ampliou seu amor pela arte do Rio Grande do Sul.

A prática de tocar o serrote envolve a participação do corpo todo. O instrumentista segura a base da "ferramenta" com os joelhos, com os quais exerce o vibrato; a extremidade com a mão direita (no caso de Paulinho); e um arco de violino com a mão esquerda. O músico não se prende só às raízes musicais do Rio Grande: Paulinho Pires toca o Lago dos Cisnes, de Tchaikóvsky, com a mesma intimidade de quem executa "Prenda Minha".

Artista Completo

Paulinho Pires, além de tocador de serrote, é contador de "causo". Segundo ele, "não existe gaúcho que não goste de contar seu causo". Na definição do artista, estas histórias podem partir de um acontecimento verídico, contado de maneira exagerada, dando ao acontecimento uma pitada de humor. Na cidade de São Gabriel tem até um concurso de causo!

O artista é poeta, um dos pioneiros a introduzir o tema ecológico nas canções nativistas, e seresteiro "inveterado".

"A seresta pra mim não tem hora, tanto do dia ou da noite. Sempre há motivo para ouvir uma".

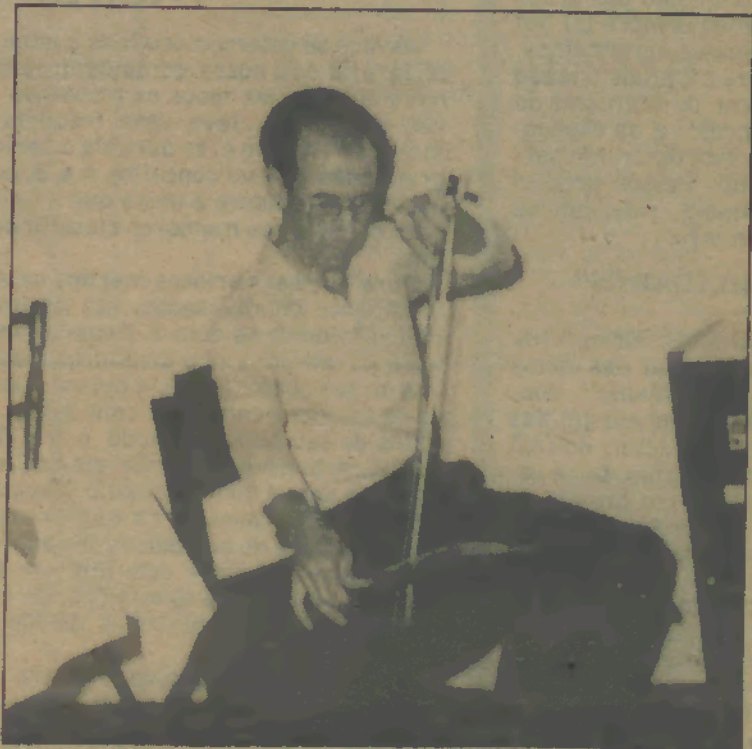
Um exemplo da poesia de Paulinho:

"Caminhando pela noite, me encontrei com a madrugada/
Vim andando na calçada da cidade que dormia/
Conversei com o silêncio e comecei a cantar/
Cada estrofe uma janela e uma porta que se abria/
E assim fui andando/
Minha vida de boêmio/
Eu nasci pra boemia/
Meu destino é cantar/
Sempre a última seresta é quando vem surgindo o dia/
Eu só guardo o violão quando vejo o sol raiar."

Além das atividades citadas, Paulinho Pires é também muito conhecido no meio regionalista pela sua capacidade como intérprete e compositor. Suas músicas foram classificadas em vários festivais do estado, tendo, inclusive, algumas delas sido incluídas em disco. O artista gravou a toada Rio Grande Nativo no disco da primeira Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, o que em si já mostra a importância de Paulinho, pois este festival é considerado o melhor do estado e também o pioneiro. A primeira Califórnia aconteceu em 1971 quando nem se pensava no sucesso do comportamento gauchesco como moda e instrumento de consumo.

Paulinho Pires também foi incluído no disco da 8ª Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, com "Súplica do Rio", que revela sua preocupação com a ecologia, e antes ainda, no da 1ª Ciranda Musical Teuto Rio-grandense, de maio de 1972, em Taquara. Paulinho ganhou ainda o Concurso de Causos, realizado em 1982, em São Gabriel.

Airton Sellgman



Paulinho Pires e seu exótico instrumento: um serrote.



Verdes Anos e Cone Sul foram os mais votados na Mostra



Embrafilme faz convênio com cineastas gaúchos

A Embrafilme assinou um convênio com a Associação Profissional dos Técnicos Cinematográficos do Estado do Rio Grande do Sul — APTC/RS — que trata da cessão de equipamentos, em regime de comodato, aos cineastas gaúchos. Este convênio foi resultado da Mostra do Cinema Gaúcho dos Anos 80 e da Retrospectiva Histórica do Cinema Gaúcho realizadas em setembro e outubro deste ano.

Além disso, a APTC, criada em maio pelos cineastas gaúchos com o objetivo de criar o suporte necessário para se continuar fazendo cinema no Estado, realizou o "voto popular" e está promovendo um concurso de projetos de curta-

metragens. O voto popular ocorreu na Mostra, onde o público deu notas aos filmes, permitindo a organização de uma mostra mais compacta que fará, no ano que vem, uma turnê pelo resto do País. Esta turnê, já despertou, inclusive, o interesse do Museu de Arte de São Paulo e da Cinemateca do Museu de Arte do Rio.

Os filmes mais votados foram "Verdes Anos", de Carlos Gerbase e Giba Assis Brasil, na categoria longa-metragem; "Cone Sul", de Enio Staub e João Guilherme Reis e Silva, na média-metragem; e "O Natal do Burrinho", de Otto Guerra, na curta-metragem.

O primeiro concurso de projetos de curta-metragem que

será realizado em convênio com a Embrafilme, Governo do Estado e Assembléia Legislativa, selecionará os dez melhores projetos, levando em conta qualidade, viabilidade e importância para o cinema gaúcho. Embora a realização destes curtas não seja a garantia de mercado de trabalho, trata-se de uma conquista importante no sentido de assegurar a participação do cinema gaúcho no Festival de Gramado de 1986 e comprovar, mais uma vez, a estrutura e capacidade de produção dos nossos cineastas, para viabilizar um convênio semelhante, para a realização de longa-metragens.

Célia Canani

Italianos preservam cultura

O CIB — Centro Ítalo Brasileiro — alimenta, desde o século passado, o anseio dos imigrantes de cultivar suas mais autênticas raízes e tem por meta ser um pólo da cultura italiana em Porto Alegre. A sociedade aposta na experiência de Vittorino Rotondaro, o novo Cônsul, que veio para o Rio Grande do Sul.

O presidente do Centro, Carmine Motta, afirma que "a cultura brasileira, especialmente a gaúcha, vem recebendo ao longo dos anos valiosa contribuição da Itália", principalmente através do grande número de imigrantes que aqui se localizaram e mais os seus descendentes, que hoje ultrapassa um milhão de pessoas.

Mesmo fora dos núcleos de colonização estabelecidos, os italianos sempre procuram se reunir em centros religiosos e sociais, por amor à tradição e orgulho de uma escola milenar. No Estado existiram cerca de 60 sociedades italianas, inclusive em cidades como Pelotas, Santa Maria e Bagé, tendo existido oito só em Porto Alegre. De todas da Capital, apenas a "Scuola Italiana Campo da Redenção", fundada em 19 de janeiro de 1891, permaneceu como autora de uma história de tradição e coragem.

Carmine Motta, italiano de 42 anos e aqui radicado há 22, diz que a finalidade do CIB é promover o conhecimento recíproco da cultura e das tradições da Itália e do Brasil, fortalecendo a amizade e o intercâmbio entre ambos os países.

Para Motta, o forte das promoções de caráter cultural é o incentivo da língua. Neste ano, o CIB incrementou o curso de Italiano, que funciona em dois turnos, aos sábados pela manhã e à noite, duas vezes por semana; conta, atualmente, com quatro professores e 140 alunos.

Frequêntam as aulas estudantes de 2º grau e de cursos superiores, além de um grupo de profissionais liberais. O recrutamento é feito através de jornal e a duração do curso é de dois anos.

A sociedade organiza durante o ano um considerável número de promoções sociais, que vão dos jantares de confraternização, regados a vinho e ao som das tarantelas, até mostras de arte e concertos que enfatizam a divulgação de talentos italianos, novos ou já consagrados pelo gosto popular.

Com uma forma de expressão da juventude que o Centro congrega, surgiu o grupo folclórico Monte Polino, que leva a dança italiana ao conhecimento do público em geral e cujo nome representa uma homenagem dos filhos de imigrantes oriundos de Morano, na Calábria, onde está localizado o monte.

A representação do CIB na comunidade se faz presente, também, através do jornal "Il Gazzettino" com tiragem de 1000 exemplares, que circulam mensalmente.

Apoio da Itália

O cônsul geral da Itália no Rio Grande do Sul, Vittorino Rotondaro, foi recentemente homenageado pelo Centro com um jantar. Sua

vinculação à sociedade, além de importante, é automática: ele ocupa o cargo de Presidente honorário do Conselho Deliberativo do CIB.

Em seu discurso de agradecimento, na ocasião, o Cônsul se dispôs a colaborar com a sociedade em promoções culturais e sociais. Por outro lado, o Centro tem atuado em conjunto como o consulado, nas CAIPA, "Comitato Italiano de Assistência aos Imigrantes". Nesta entidade filantrópica, mantida em parte com recursos provenientes do Governo Italiano, o vice-presidente é o próprio dirigente do Centro Ítalo Brasileiro. Graças a este intercâmbio, Carmine Motta participou da Primeira Conferência Mundial sobre Imigração, realizada na Itália, na qualidade de convidado e representante do Brasil.

A "Fondazione Agnelli", uma instituição cultural italiana, colabora com o CIB sistematicamente. Envia obras atuais sobre história, o que, segundo Motta, "enriquece o acervo da biblioteca". Essa biblioteca se encontra aberta ao público e possui farto material sobre imigração no Estado.

O Governo Italiano possibilitou ainda ao Centro enviar jovens para o aperfeiçoamento do idioma. "A lei italiana considera o direito à cidadania até a quarta geração nascida de imigrantes", informa Motta. Isto, segundo ele, representa facilidade de acesso às universidades italianas e permissão para trabalhar no país com igualdade de direitos.

Geni Valenti

O fechamento da clínica Profam, pela Secretaria da Saúde, traz a público o planejamento familiar com ênfase na esterilização

Ana Luiza Freitas



Capital estrangeiro impõe controle da natalidade

"O que acontece hoje no Brasil é o controle da natalidade imposto pelo capital estrangeiro, que usa a desinformação das mulheres brasileiras também para testar medicamentos". Esse desabafo é da psicóloga e secretária-geral da União de Mulheres de Porto Alegre, Ana Maria Rocha, que vem tentando denunciar a ação das clínicas de planejamento familiar.

Conforme ela, essas clínicas não são oficiais porque não têm nenhuma ligação com o serviço público de saúde. "São clínicas particulares que recebem dinheiro do estrangeiro através da Associação Brasileira de Planejamento Familiar, ligada a uma associação nos Estados Unidos e criada com o objetivo de servir de intermediária".

No caso da Bemfam, Sociedade Civil do Bem-Estar da Família no Brasil, que possui 60 clínicas no país, essa informação é confirmada por Antonino Pandolfi, representante da entidade no estado e proprietário da Serplan — Serviços de Orientação e Planejamento Familiar: "Indiretamente se recebe apoio através da doação de aparelhos, medicamentos e treinamento nos Estados Unidos, Colômbia e México".

A polêmica sobre essas clínicas aumentou depois que o Conselho Estadual da Condição Feminina, de São Paulo, fez um levantamento em todo país dos serviços privados voltados ao planejamento familiar e que tinham ênfase na questão da esterilização feminina. Foi verificado que essas instituições se instalavam com a pretensão de implantar uma política de planejamento familiar, mas na verdade estavam tentando executar o controle da natalidade.

"Não é que sejamos contra o planejamento familiar, ligaduras ou vasectomias, que são métodos reversíveis; somos contra a maneira como isso é feito", ressalta Ana Maria.

Durante o seminário "Saúde para Porto Alegre", realizado em setembro deste ano pela Câmara Municipal, a psicóloga Margareth Arilha, do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, informou que os métodos anticoncepcionais são apresentados de uma maneira tal que induz a esterilização. Por exemplo, apresentam a "tabela", onde a mulher controla o seu

ciclo, como algo complicado, o que segundo ela, é impossível que uma mulher de classe mais popular entenda seu mecanismo. A esterilização, isto é, ligadura de trompas, é o último método apresentado e como o que tem 99% de possibilidade de resolver o problema da contracepção.

Clínica Autuada

Em Porto Alegre, o fato que teve maior repercussão foi a distribuição nas vilas populares do medicamento Norethindrone. Moradores da Vila Cruzeiro do Sul denunciaram em julho deste ano que moças distribuíam um vidro com 365 comprimidos que seria para "evitar filhos". Esse medicamento não tinha bula, nem farmacêutico responsável, apenas trazia escrito à mão: "tomar todos os dias, mesmo menstruada".

A distribuição era feita pela Profam, Associação Brasileira de Proteção Familiar, do médico Milton Russowski, que foi fechada pela Secretaria da Saúde pois não tinha licença para funcionar, e a medicação suspensa, porque também não estava dentro das condições legais, não tinha nome do fabricante, número de registro, de lote, e a indicação para que se destinava.

Feita a análise, descobriu-se que o Norethindrone era o mesmo Micronor, anticoncepcional fabricado pela Johnson & Johnson, da qual o proprietário da Profam declarou ter recebido 3.000 caixas, de graça, para serem distribuídas nas vilas.

Fatos como esse levaram o movimento de mulheres de Porto Alegre a fazer toda uma mobilização para que essas clínicas sejam mais fiscalizadas. O seminário "Saúde para Porto Alegre" foi uma tentativa, segundo a secretária da União de Mulheres, de tirar uma proposta no que diz respeito à saúde da mulher: que seja feita a municipalização da saúde, que os postos de saúde sejam equipados com material adequado para realizar exames ginecológicos e atendimento à mulher e uma campanha de esclarecimento das mulheres sobre os métodos anticoncepcionais para que todas possam fazer uma opção mais consciente.

Bemfam distribui anticoncepcionais

Só no estado existem nove clínicas ligadas à Associação Brasileira de Planejamento Familiar, mais a Bemfam, Sociedade Civil do Bem-Estar no Brasil, que distribuem pílulas, dispositivos intrauterinos (DIUs), realizam vasectomias e ligação de trompas.

Antonino Pandolfi, representante da Bemfam no Estado, diz que a entidade surgiu com a finalidade de combater o aborto provocado em todo o país, através da difusão dos métodos anticoncepcionais. "Isso também não quer dizer que sejamos contra a legalização do aborto", esclarece, "mas somos contra o aborto clandestino, que é feito em más condições técnicas e de higiene".

Quando as interessadas chegam a Bemfam assistem a um audiovisual de 32 minutos, onde são expostos todos os métodos anticoncepcionais. Depois da opção da paciente, segundo Pandolfi, é feita uma ava-

liação médica onde se verifica qual o método mais adequado. "Se a mulher tem uma idade até 27 anos, desestimulamos a ligação, que é um método irreversível; depois dos 35 anos, não aconselhamos o uso da pílula, embora tenham coisas que façam mais mal à saúde, como o cigarro".

A Bemfam realiza 90 ligações de trompas por mês e 15 vasectomias, a um preço de Cr\$ 470.000, que pode baixar conforme a renda do interessado, sendo realizada até de graça, no caso do paciente ser considerado "indigente", isto é, ter renda de um salário mínimo e "três ou quatro filhos". A entidade tem uma cota de duas esterilizações gratuitas por semana.

"As esterilizações-se fazem por uma imposição dos casais. Eles vêm aqui e tentamos persuadi-los para outro método. Mas as mulheres, principalmente, não querem, porque dizem que uma amiga já

engravidou com pílulas, outra com DIU", ilustra Pandolfi. Sobre a ajuda que Bemfam recebe de organizações internacionais para promover o planejamento familiar, declara que "os Estados Unidos estão tentando evitar que aconteça aqui uma convulsão social, pois a população está crescendo assustadoramente e a miséria também".

Essa opinião é contestada pela secretária geral do grupo União de Mulheres, Ana Maria Rocha: "na época do regime militar, tentaram criar a imagem de que a causa da pobreza e da miséria era o nascimento de brasileiros. Trata-se de mentira, porque a causa da pobreza do povo é a política econômica, o latifúndio, a dívida externa. O desenvolvimento da sociedade leva a uma redução da natalidade".

Carli Rodrigues

Mulheres querem maior atenção da Saúde Pública

Maria tem 32 anos, mas sua expressão envelhecida parece desmentir tal fato. Divide um barraco, na Vila Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, com os seis filhos pequenos e o marido, alcoólatra, que não permite que ela tome anticoncepcionais. Ela não conhece o método da "tabelinha" e, em consequência disso tudo, sua barriga cresce e, quase todo ano, há uma boca a mais para alimentar.

"Assim como Maria, existem atualmente, no Brasil, muitas mulheres que, além de sofrerem com as más condições de vida, têm problemas específicos, oriundos das diferenças não só biológicas, mas também por sua condição de opressão e discriminação". A afirmação é da socióloga Mara Presser, do Grupo Mulher Sexualidade e Saúde, que, como exemplo desta situação, cita as doenças contraídas pelo relacionamento sexual em que a mulher, ao tomar conhecimento das mesmas, tem medo de tratá-las em decorrência dos tabus.

Até o momento, pouco tem sido feito para mudar esta situação. A assistência à mulher, principalmente nos postos de saúde, tem se voltado, basicamente, para o atendimento de pré-natal e do puerpério na melhor das hipóteses. Mas, mesmo estes serviços ainda são muito deficientes na maioria dos locais.

Para Lúcia Silva e Silva, socióloga-sanitarista do Ministério da Saúde, o interesse maior da assistência médica em mulheres grávidas deve-se a dois pontos fundamentais: de um lado, a questão concreta da maior suscetibilidade a riscos durante este período e da própria necessidade de preservação em relação à saúde do bebê. "De outro lado", diz ela, "temos a herança da ideologia do 'desenvolvimento com segurança' que, na fase do Milagre Brasileiro, introduziu a preocupação com a preservação e reprodução da força de trabalho, descuidando da atenção integral".

Assistência Integral

"O sistema público de saúde deve ver as mulheres, e atendê-las, não só como reprodutoras mas também em todas as suas demais necessidades de saúde", diz Margareth Arilha, psicóloga e

integrante do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Segundo ela, um passo importante para a solução desse problema seria a incorporação, pelo INAMPS, do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

O PAISM, que surgiu em 1983 dentro do Ministério da Saúde, propõe que os estados, através de suas secretarias de saúde, possam dar um atendimento mais ampliado à mulher, que não a contemple só no seu período fértil, mas que atenda, também, às suas queixas em relação a problemas ginecológicos em toda e qualquer idade. Outra proposta do Programa é de que o Posto de Saúde seja um espaço onde as mulheres possam discutir, se possível com seus companheiros, as questões ligadas à sua sexualidade e também ações de concepção e anticoncepção.

De acordo com Ismael Schmidt, do setor de Medicina Social do INAMPS, dentro da proposta das Ações Integradas de Saúde, que é nova política do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Educação, pretende-se que o atendimento do sistema público de saúde passe a ser mais programático, isto é, dirigido a problemas de saúde específicos das diversas camadas da população segurada. "E", diz Ismael, "é aí que entra o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, como um dos programas que devem ser postos em execução o mais breve possível".

O descaso do poder público, aliado à falta de informação, faz com que muitas mulheres até morram, por exemplo, de um aborto realizado em condições inadequadas. E a atividade da mulher, em grande parte ainda ligada aos encargos domésticos, provoca stress, envelhecimento precoce e o uso exagerado de calmantes, principalmente nas periferias. A participação das mulheres na definição dos programas de saúde e a criação de um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, são algumas das reivindicações defendidas por grupos femininos gaúchos que pretendem, com isso, modificar a atual situação da mulher.

Márcia de Wallau



Ana Luiza Freitas

Filas para atendimento ginecológico

Universidade leva livros raros à Feira

UFRGS marca sua presença na Feira do Livro com exposição de obras raras e preciosas.

Mesmo para os mais antigos frequentadores da Feira, a banca de livros raros e preciosos da UFRGS é uma novidade. Afinal, é a primeira vez que eles ficam expostos em praça pública. São 50 obras escolhidas entre sete mil consideradas raras e/ou preciosas que fazem parte do acervo adquirido em 1969 pela Biblioteca Central da Universidade e que pertenciam à coleção do professor Gert Eduard Secco Einchenberg.

Ao entrar nessa barraca, o visitante recebe um prospecto onde estão listadas todas as obras expostas, com explicações que justificam a presença delas na exposição. Márcia Bernardes, 27 anos, bibliotecária da UFRGS, explica que um livro precioso deve ter uma edição de luxo, "encadernação luxuosa, páginas bem impressas e desenhos originais ou rebuscados". "O raro", diz ela, "pode ser um livro que teve tiragem reduzida, uma publicação clandestina, uma edição esgotada ou muito antiga, a ilustração de alguém famoso ou mesmo uma edição de luxo".

Márcia conta que as 50 obras selecionadas para a exposição foram citadas em livros de referência. Entre elas encontra-se um livro de Kafka impresso especialmente para Einchenberg, autografado pelo tradutor, e com ele está uma placa de metal que serviu para a impressão de uma das ilustrações. Há também inúmeras edições de "Os Lusíadas", de Camões, que, segundo a bibliotecária, "é uma obra que sempre desperta curiosidade".

Através dessa iniciativa, a Universidade pretende divulgar seu acervo entre pesquisadores, professores, alunos ou interessados, e lembrar que ele se encontra no mesanino da Biblioteca Central, aberto ao público todas as terças-feiras das 14 às 16 horas. Para as pessoas

que circulam pela Feira é uma boa oportunidade de entrar em contato com um tipo de livro com o qual não estão acostumados.

A "nova biblioteca"

Em frente à barraca de livros raros e preciosos, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação — FABICO — está expondo uma amostra daquilo que existe no seu Centro Referencial de Literatura Infantil e Juvenil e painéis ilustrativos sobre a biblioteca moderna e os materiais que a compõem. Além disso, está distribuindo aos visitantes da Feira publicações como o folheto "Como cuidar dos seus livros" e ainda é responsável pela "Hora do Conto" que acontece todas as tardes no palanque da praça.

Vera Lúcia S. Ilha, 32 anos, é bibliotecária do Centro Referencial e diz que ele tem por objetivo reunir todas as informações possíveis sobre a produção cultural para a criança e o jovem e servir de órgão intermediador entre consumidores e produtores desse material. O Centro ampliou um mapa da Feira do Livro, destacando as barracas que trabalham com editores infanto-juvenis.

A professora Zaida Maria M. Prussler, 40 anos, ajudou a compor o painel da FABICO sobre bibliotecas e explica que o objetivo é acabar com a imagem de que o bibliotecário vive só no meio de livros. Segundo ela, a moderna concepção de biblioteca inclui não só a utilização dos materiais convencionais (livros e periódicos), como de recursos alternativos, entre os quais selos, postais, dispositivos, fitas cassetes, microfichas, videogames e microfiches.

A hora do conto

Cerca de 15 crianças estão senta-



Livros preciosos da UFRGS são novidade para visitantes da Feira

das no palanque da Praça da Alfândega; todas com os olhinhos grudados em Fernando que gestícula muito enquanto conta a estória da flauta mágica. Depois da estória, Cláudia Candotti, aluna da ESEF, reúne as crianças num círculo e faz brincadeiras e jogos com elas.

Mas a "Hora do Conto" não é sempre assim. "É um fracasso", diz Fernando Stobb, 26 anos, aluno da FABICO que conta estórias na Feira. Para a coordenadora da promoção, Zahyra de Albuquerque Petry, entre as causas de falta de êxito estão a má localização do pa-

lanque e a falta de tempo para um melhor planejamento e treinamento dos alunos. "A Reitoria comunicou à Faculdade a realização desse evento com uma semana de antecedência", lembra.

Assim, não foi possível contar as escolas nem fazer a divulgação necessária. Outro problema, segundo Zahyra, é que os pais não têm paciência de ficar com os filhos ouvindo estórias, principalmente debaixo do sol das 16:30h ou mesmo às 11h nos domingos.

Mas para Maria H. G. Araújo, 22 anos, aluna da Biblioteconomia,

sobretudo se contadas com suspense e com recursos de voz e gestos". Fernando acha que se a criança gostar da estória e olhar o livro depois, vai querer adquiri-lo. Ele chega a sair pela Feira para "arrebatar" as crianças.

Mas quem curte mesmo a "Hora do Conto" é Cris Alex Machado, 11 anos, engraxate da Praça da Alfândega que todos os dias é o primeiro a subir no palanque da praça para escutar as estórias. "Achei trlegal a do jacarezinho egoísta", diz ele. "Quando eu aprender a ler, quero um monte de livrinhos".

Suzana Naiditch

Jornalismo: interior ainda é a solução

São raros os jornalistas que se aventuram pelo interior para exercer a profissão. As cidades pequenas não oferecem muitas oportunidades. Poucas têm um teatro, os shows são escassos, os cinemas, quando existem, só exibem filmes pornográficos "porque dá mais dinheiro". Por outro lado, o jornalista no interior é uma figura importante. Ele é procurado frequentemente e, muitas vezes, vira conselheiro e árbitro. Não faltam os convites para jantares, almoços, aniversários, inauguração de alguma loja, participação em algum debate, etc. A agenda sempre está cheia e as pessoas insistem na presença.

"Eu trabalhei vários anos no jornal do Paraná e nunca ganhei nada. Houve uma ocasião em que eu escrevia, diagramava, ajudava a imprimir, dobrar o jornal e ainda entregar". O comentário é do jornalista e advogado Victor Hugo Ribeiro, gaúcho de Porto Alegre, com oito anos de trabalho em Pato Branco. Ele começou a participar de um semanário da cidade, em 1977, chamado Folha Regional. Criou uma série de colunas, inclusive uma humorística que ficou bastante conhecida com o personagem "Gaudério". Quando houve a fusão dos semanários Folha Regional e Correlato do Sudoeste, resultando daí o Jornal do Paraná, Victor Hugo teve grande participação no processo. "Os jornais do interior passam por muita dificuldade. As pessoas que trabalham nesses jornais precisam ser muito idealistas". list" Segundo ele, o jornal do interior tem que ter característica de jornal de interior. "Se ele for perfeito ele perde aquela característica que o torna uma coisa quase humana. É preciso dar alma para o jornal. Nós temos



Interior oferece as vagas que faltam nos jornais da Capital

que fazer tudo. Misturamos a parte comercial com a parte jornalística e o principal, no interior, é que nós que escrevemos somos juizes permanentes porque precisamos julgar e decidir na hora se uma determinada matéria pode ou não ser publicada".

A autocensura é uma constante em se tratando de jornalismo do interior. Certas pessoas não podem ser melindradas e a família tradicional, que muitas vezes é proprietária de uma indústria, não é questionada. "Eu acho que com jeito e paulatinamente, haverá uma evolução nesse sentido".

O SUPLEMENTO QUE DEU CERTO

Certas matérias não são adequadas para publicação em um jornal de grande circulação por causa do interesse regionalizado. O prefeito do norte do Paraná inaugura uma obra e ao sudoeste não interessa essa inauguração. Sensíveis a isso, a direção do Jornal Correlato de Notícias criou três suplementos que são encartados na edição de determinados dias da semana e que circulam apenas na região a que se destinam. "O suplemento sudoeste circula nos 30 municípios da nossa região. O suplemento Oeste circula na região de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Existe ainda o suplemento Centro-Oeste que circula em Guarapuava, no centro do estado e serão criados outros suplementos à medida que as circunstâncias permitirem. Foi uma experiência exitosa da direção do jornal e possivelmente será copiada em outros estados".

MERCADO DE TRABALHO

Na opinião de Victor Hugo, exercer a

profissão no interior é a solução para os jornalistas que estão iniciando. "A menos que ele seja um gênio ou tenha um pisto-lão, do contrário não se consegue trabalhar na grande imprensa, ganhando a metade do que ganharia no interior". Cada cidade do interior, por menor que seja, comporta um semanário porque ele é o único registro histórico do município. "Eu acho que deveria haver esta preocupação de dar a cada município brasileiro um semanário, pois isto faria com que o mercado de trabalho para o jornalista melhorasse. O campo de trabalho para o jornalista é o interior. Milhares de municípios não têm nenhum órgão de divulgação".

A falta de liberdade também existe no interior. O jornalista sofre certas limitações e é levado, não a aceitar, mas sim, a respeitar as regras do jogo. "Não se pode criticar certas pessoas ou mencionar outras que o dono do jornal não gosta e vetará com certeza. Se formos trabalhar na condição de empregados, nós temos que aceitar as ordens. Mesmo que o jornal seja nosso nós temos limitações porque subsistimos através dos anúncios".

O jornalista do interior é um desbravador. Ele, através do órgão de comunicação, levanta bandeiras e ser seu precursor. "É só ele dizer que a cidade está precisando de tal coisa e bater na mesma tecla que a coisa logo repercute. Várias causas foram vitoriosas porque os meios de comunicação pressionaram para que a coisa acontecesse. O jornalista do interior tem muita força e nós percebemos isso no momento da crítica que desagrada. A reação é imediata".

Fátima Miriam Bortot

*Autor Presente
tem o objetivo
de incentivar
a leitura
nas escolas
estaduais
de 1º e 2º grau*

Programa do IEL leva o escritor ao público

Quem algum dia não sentiu vontade de conhecer o autor dos livros que lê? Aquela pessoa mágica que transmite sonhos e emoções, através do que escreve, tornando-se um mito para seus leitores. É por meio do programa "O Autor Presente" do Instituto Estadual do Livro que isto se torna possível. Esta proposta visa a que o autor vá até a sala de aula, divulgar, estudar e discutir sua vida e sua obra na literatura do Rio Grande do Sul.

O Instituto Estadual do Livro (IEL), segundo seu diretor Luiz Antônio de Assis Brasil, tem como objetivo básico divulgar o livro e a literatura gaúcha para o público em geral e para as escolas estaduais de 1º e 2º graus, incentivando indiretamente a circulação de obras. E isto acontece de duas maneiras: a primeira, através de "O Autor Presente", um programa já antigo que leva os escritores à sala de aula, em todo o Estado, para um encontro com os alunos, a fim de debater e estudar a obra do escritor.

"O projeto ocorre da seguinte maneira: uma equipe do IEL vai à escola onde o escritor atuará, para fornecer aos professores os subsídios de orientação sobre o autor e suas obras, a fim de prepararem seus alunos para o encontro com o escritor. Quando o autor vai à escola, os alunos já leram os livros e então debatem com ele todas as dúvidas sobre a leitura, personagens e sobre o próprio escritor", explica Assis Brasil.

Através de dados do IEL, 46 comunidades do interior do Rio Grande do Sul já participaram do programa "O Autor Presente" e notam a grande receptivi-



O projeto do Instituto Estadual do Livro mostra a vida e obra de autores gaúchos.

dade dos alunos e professores, sempre com muito interesse em conhecer o escritor.

O segundo projeto é "O Escritor do Mês", vinculado a uma série de fascículos, no total de 21, sobre a vida e a obra de escritores contemporâneos gaúchos. Cerca de 110 mil estudantes já participaram desta atividade, que trabalha com os fascículos dentro da sala de aula, sem necessariamente ter a visita do autor.

"O Escritor do Mês" é destinado ao público escolar de segundo grau das escolas estaduais. Alunos e professores trabalham com material teórico ao preço acessível de Cr\$ 1.000 e têm como objetivo conhecer a vida e as obras dos autores, através de um estudo crítico. A periodicidade dos volumes da série é mensal, e o professor, em sala de aula, utiliza este material para, a cada mês, estimular o estudo da obra do autor. Grandes nomes da nossa literatura já fazem

parte deste projeto, como Cyro Martins, Heltor Saldanha, Luís Fernando Veríssimo, Ivo Bender, Lya Luft, Mário Quintana, Sérgio Caparelli, Carlos Nejar e Moacyr Scliar.

NAS SALAS DE AULA

A escritora Maria Dinorah participa de "O Autor Presente" desde que a literatura infantil passou a integrar o programa, já que seus livros são dirigidos às crianças. Ela conta que participou de vários encontros em Porto Alegre e no Interior, e que sempre foi bem recebida. Considera muito importante trabalhar junto com o professor, a fim de dar orientação ao preparo do aluno para a literatura. "Já que no Brasil apenas 5% da população têm o hábito da leitura, devemos começar a preparar as crianças dos seis aos 14 anos. Leitura pela leitura e pelo prazer de ler", costuma dizer Maria Dinorah.

Em relação ao programa, a escritora afirma que tudo o que

visa colocar o livro dentro das escolas é altamente positivo. "É bom para divulgar a literatura e tornar o autor e seu livro conhecidos, além de despertar o gosto pela leitura."

A Escola Odila Gay da Fonseca, que fica no bairro Ipanema, no mês de outubro recebeu a visita da autora Maria Dinorah. De acordo com a coordenadora de Língua Portuguesa da escola, professora Marli Davi, o IEL forneceu todo o material sobre a autora, suas obras e a orientação de como aplicar o método.

"Como a Maria Dinorah escreve para crianças, optamos pelo encontro com alunos das 4ªs séries. Os professores de classes, junto com a bibliotecária, divulgaram a vinda e uma semana antes da visita todos os livros da autora foram retirados da biblioteca, além de muitas vendas na feirinha de livros que realizamos na escola nos dias 3, 4 e 5 de outubro", conta a professora.

Conforme Marli Davi, os alunos ficaram encantados, participando e se interessando pela leitura, na espera da visita da escritora. E o livro preferido foi "Quando explodem as estrelas."

Luana, 11 anos, aluna da 4ª série, estava presente no encontro. Segundo ela, não imaginava como seria uma escritora de livros. "Eu pensei que ela fosse mais moça. Deve ser uma pessoa muito importante para poder 'fabricar' todos esses livros".

Lúcia tem 10 anos e, na sua opinião, gostou muito do encontro com a autora: "Ajuda a compreender a história, porque ela explica as partes que a gente não entendeu".

Os alunos da 4ª série da Escola Odila Gay da Fonseca gostaram muito de participar do encontro "O Autor Presente" e querem repetir o acontecimento mais vezes.

Ana Cláudia Casimiro

O difícil caminho dos novos autores

Todos os meses, dezenas de novos autores procuram as editoras gaúchas, na expectativa de conseguirem o interesse dos editores e, conseqüentemente, espaço para a divulgação de seus trabalhos. Entretanto, devido aos elevados custos da edição de um livro, poucos realmente conseguem esse objetivo e muitos autores acabam optando por edições independentes, assumindo encargos financeiros com a confecção da obra, divulgação e colocação no mercado.

Para Ivan Pinheiro Machado, editor da LPM, as dificuldades para se investir num novo autor são muitas pois, para ser editado, seu livro precisa preencher critérios exigidos pelo conselho editorial, tais como: a obra ser comercialmente válida e, principalmente, sua qualidade literária. Segundo ele, a LPM recebe, a cada mês, cerca de 50 originais de novos autores que, dentro das possibilidades, vão sendo avaliados. "Alguns chegam recomendados por intelectuais que já trabalham conosco", diz Ivan, "e en-

tao, se torna mais viável o investimento, pois esses conhecem a nossa linha editorial".

Já para Roque Jacobi, editor da Mercado Aberto, o maior problema para lançar um novo autor é a viabilidade comercial do investimento, pois muitas vezes obras que podem parecer de boa qualidade, na opinião dos editores, acabam não encontrando respaldo nas vendas, trazendo prejuízos para a Editora que é, acima de tudo, uma empresa com encargos sociais e trabalhistas e não uma entidade exclusivamente cultural.

PERSPECTIVAS

O retorno financeiro das edições de autores novos, segundo Ivan Pinheiro Machado, tem sido apenas razoável e são poucos os casos em que a Editora chega a ter lucro. Mas ele tem o exemplo de um autor que estreou na Editora e foi muito bem sucedido: Toninho Neto com a obra "O Mais Vendido", esteve mesmo entre os mais vendidos na Feira do Livro de 1984. E

o editor da LPM afirma que a Editora continua aberta para aqueles que tenham qualidade.

"Com todas essas dificuldades, eles continuam escrevendo, e isso é o mais importante", diz Roque Jacobi, "e a Mercado Aberto tem se esforçado para reservar espaço para os novos, editando pelo menos cinco por ano". Exemplos de autores que este ano tiveram seus livros lançados pela Editora, ele cita José Clemente Pozenato, Kenneth Albernaz e Esmeraldo Braga, todos estreantes em literatura.

Roque Jacobi fala com orgulho do escritor Charles Kiefer, que começou na Editora como revisor, depois foi lançado na literatura e neste ano de 1985 ganhou o Prêmio Jabuti, com a novela "O Pêndulo do Relógio".

A LPM, de acordo com Ivan Pinheiro Machado, tem procurado reservar espaço para os novos, principalmente gaúchos, porque, para ele, primeiro é importante saber o que pensam os nossos autores, e cita alguns que estão tendo seus livros lançados este

ano pela Editora: Carmem Lima com "O Manuscrito Roubado"; Diana Noronha com "Pro Que Der e Vier"; e Retamozzo, com "Nuvem Menina".

DIREITOS AUTORAIS

Quando um autor é editado, normalmente a primeira tiragem fica entre três e cinco mil exemplares, enquanto que para um autor como Luís Fernando Veríssimo, a tiragem nunca é inferior a vinte mil exemplares. No entanto, essa distinção não constitui demérito para o novo, pois muitos autores consagrados não compensam em termos de vendagem e lucros para a Editora.

Quanto aos direitos sobre a vendagem dos livros, não existe distinção entre o novo e aqueles já conhecidos, pois são os mesmos 10% sobre o preço de capa. Se bem que alguns, com retrospecto na editora e com previsão de retorno garantido, já recebem uma parcela de adiantamento, antes mesmo da edição.

Angelo Mendes

Mulheres conquistam espaço no vídeo gaúcho

As mulheres são presença constante no vídeo da televisão. Como apresentadoras, estão conquistando espaços e mostrando competência em conduzir programas. Elas afirmam que o ponto de partida é ter uma chance e saber aproveitá-la trabalhando muito. Os estilos diferem, mas as opiniões sobre a profissão não. Categróricas, acreditam que beleza não é fundamental e o que importa é o profissionalismo, antes de tudo.

"Comecei trabalhando na Piratini, seis meses após sua inauguração, apresentando um programa de variedades ao meio-dia, produzido por mim", conta a jornalista Célia Ribeiro, pioneira do vídeo gaúcho. Ela apresentava um estilo de programa com entrevistas, culinária e moda, inaugurando o horário do meio-dia na televisão local. Célia foi responsável pelo lançamento de uma estrela já consagrada no vídeo gaúcho: Tânia Carvalho, em 1972.

Tânia revolucionou o estilo de apresentar e conduzir entrevistas com seu jeito irreverente e alegre. "As pessoas me amavam ou odiavam, ninguém ficava indiferente. Recebi até um abaixo-assinado pedindo a minha retirada da televisão, porque eu usava palavras do tipo 'desbundante'. Não conseguiram, é claro, e estou trabalhando até hoje", conta Tânia. Apresentando dois programas de entrevistas nas televisões Pampa e Educativa, ela também faz rádio diariamente, tornou-se muito popular ao público gaúcho.

Outro rosto muito conhecido é o de Maria do Carmo Bueno, apre-

sentadora do TV Mulher da Rede Globo e do Ponto a Ponto da TV Educativa. "Fazendo o programa Variedades com a Célia Ribeiro em 1975 é que adquiri maior segurança como apresentadora, devo muito da minha formação a ela", afirma Maria do Carmo. Ela acredita que beleza não seja fundamental nesta profissão e sim estar definida quanto ao que se quer e lutar por isso. Formada em Publicidade, Relações Públicas e Jornalismo pela PUC, Maria do Carmo teve a chance de entrar para a televisão pela falta de outra apresentadora em 1974 na TV Difusora e desde lá não parou mais.

"Trabalho em jornalismo desde 1965 sem nunca ter feito Faculdade nesta área. Quando cheguei a Porto Alegre, vinda da Editora Abril de São Paulo, as pessoas me paravam muito por não ter um diploma e exercer a profissão. Então tive que provar minha experiência adquirida como correspondente internacional e produtora que fui, antes de retornar ao Rio Grande", explica Tânia Carvalho. Ela garante que é fundamental para uma apresentadora criar um estilo próprio bem definido e indica alguns requisitos para se lançar nesta profissão: "antes de mais nada ter chance para mostrar seu potencial e aproveitá-lo com garra; segundo saber ouvir as críticas para aperfeiçoar o que estiver mal".

Célia Ribeiro concorda que a oportunidade é o começo mas acrescenta que "voz agradável, uma boa presença no vídeo e comunicabilidade são fundamentais, além de muito profissionalismo pa-



A presença constante das mulheres no vídeo.



ra não se deslumbrar com os brilhos que a carreira pode oferecer". Quanto à popularidade desta profissão, Maria do Carmo acha muito gratificante ver a intimidade com que o público trata estes profissionais quando os encontra fora do vídeo.

O mercado de trabalho continua bastante fechado e Magda Beatriz, apresentadora do Gualba Feminino e da TV Educativa, atribui a falta de vagas ao desinteresse das redes em investir na produção de programas locais, preferindo importar enlatados porque sai mais barato. Maria do Carmo concorda que a falta de programação local estreita as oportunidades para novos profissionais nesta área, mas mesmo assim ela é otimista: "a-

conselho a quem quiser seguir esta profissão batalhar e tentar mostrar serviço procurando as produções de programas".

O fato de hoje as mulheres serem maioria nos vídeos gaúchos como apresentadoras dos mais variados programas, as entrevistadoras foram unânimes em afirmar que se deve à conquista feminina em todos os segmentos da sociedade. "As mulheres ganharam seu espaço pela credibilidade que conquistaram através de sua competência profissional", enfatiza Tânia Carvalho. Se beleza não é fundamental, a simpatia conta pontos favoráveis nesta profissão que, segundo Célia Ribeiro, "é efêmera para quem não souber lidar com a influência que se exerce no público".

Carla Zen

Tribuna Livre: espaço aberto de discussão

"Apesar das limitações, o Tribuna Livre consegue dar uma nova dimensão da televisão ao telespectador, que passa a participar ativamente, conhecendo o que ocorre por trás das câmeras". A afirmação é de Rogério Oliveira, responsável pela execução do programa Tribuna Livre, que vai ao ar, diariamente, às 11h50min na TVE.

A idéia central do tribuna — que surgiu quando ainda eram produzidos os programas Quizumba e Ponha a boca no trombone — é abrir um espaço para que o público possa opinar sobre os mais variados temas. Para seus ideais básicos: captar diretamente a opinião pública — de uma forma diferente da enquete, onde o espaço é muito reduzido — e promover o debate e a discussão na rua.

Para que isso aconteça a equipe da TVE se desloca para o centro de Porto Alegre três vezes por semana e arma todo o equipamento, inclusive o símbolo que caracteriza o programa. Em geral as gravações são realizadas na esquina democrática, mas o ponto não é fixo. "Onde houver um acontecimento importante, que junte pessoas, esse é o lugar ideal — como a Feira do Livro", exemplifica Rogério.

Armada a tribuna, Rogério de Oliveira passa a ocupar um novo papel: o de "animador" do progra-

ma. Segundo ele, o trabalho não é dos mais fáceis, porque a todo o instante tem que estimular as pessoas a falarem, principalmente quando elas não têm opinião formada sobre o tema. "Foi o caso da constituinte. A maioria não sabia o que é Constituição, Assembléia Nacional Constituinte. Então eu tinha que explicar e, quando isso acontece, sempre se acaba "mani-

pulando", conduzindo as opiniões do público", conta Rogério.

Explica, ainda, que existem dois tipos de Tribuna: a que é livre mesmo, ou seja, não existe uma pauta — a câmera está na rua e as pessoas podem falar sobre o que quiserem. O segundo tipo é aquele onde uma pauta é elaborada sobre os assuntos que são notícia. Depois disso, são gravados 20 minutos, dos

quais são editados dois minutos com os melhores depoimentos, que vão ao ar ao longo do programa Ponto a Ponto.

QUESTÃO POLITICA

"Os políticos não fazem nada", "A Nova República não é nova" são algumas das frases mais repetidas frente à câmera da TVE. "Um problema que nós enfrenta-

mos é quando inventam de ocupar o espaço fazendo propaganda partidária. Daí nós temos que explicar que o programa não se destina a isso", diz o responsável pelo Tribuna. O que mais chama a atenção é a disposição das pessoas em participar quando o tema é conhecido e polêmico.

Paulo Rodrigues, 21 anos, ator de teatro, é uma das presenças constantes nas gravações do Tribuna Livre. Ele explica: "É um programa diferente, que não existe nas emissoras tradicionais. Eu gosto muito de observar as pessoas discutindo, opinando e, assim como eu, existe um público que procura a Tribuna porque tem algo a dizer, porque querem solucionar seus problemas. Isso desmistifica a idéia de que o veículo televisão é algo inacessível."

Finalizando, Rogério Oliveira lembra que o Tribuna existe porque a TVE cede um espaço, que não há em outras emissoras. Contudo, essa existência também tem suas limitações: "Muitas vezes existe a censura dos programas, ou porque falaram mal do governo gaúcho, ou ainda do Prefeito... Isso acontece porque toda a TV Educativa é subordinada aos interesses do Estado. O Tribuna poderia ser muito melhor se não existisse esse compromisso ideológico".

Cláudia Turela



Adão Roza

12 NOV 1983